

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

SUMÁRIO

C omponentes-chave da conjuntura econômica brasileira <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
U m arcabouço para o controle de capitais <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	7
I ndicadores industriais do Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	9
E xportações paranaenses para a União Européia: desempenho em 2004 <i>Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	11
R evisão das estimativas para a safra paranaense de grãos 2004/2005 <i>Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	13
P araná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz</i>	15
E conomia Paranaense Indicadores Seleccionados	18

Componentes-chave da conjuntura econômica brasileira

Gilmar Mendes Lourenço*

O balanço do comportamento da economia brasileira em 2004 ensejou um clima de euforia generalizada entre os agentes sociais no começo de 2005. Esse impacto é plenamente justificável pelo fato de o país ter registrado a maior expansão do Produto Interno Bruto (PIB) desde 1994, sincronizada com o movimento excepcionalmente ascendente da economia mundial, amparado na expansão chinesa e nas reduzidas taxas de juros norte-americanas, o que serviu para impulsionar as cotações e as exportações de *commodities* e a valorização dos papéis da dívida externa brasileira, abrandando o quadro de debilidade das contas externas.

No entanto, as avaliações menos vinculadas aos meios oficiais, ao mercado financeiro e à ortodoxia carregam elementos de preocupação na montagem dos cenários de curto e médio prazos, a ponto de o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ter revisto sua projeção de crescimento do PIB para 2005 de 3,8% para 3,5%, depois de verificar variação de apenas 0,4% no último trimestre de 2004 em relação a idêntico intervalo de 2003, por conta da desaceleração do consumo e do investimento, atrelada à pressão dos juros básicos, e da quebra da safra agrícola no Centro-Sul. O IPEA prevê incremento de 4,2% para a demanda doméstica e de apenas 0,8% para a demanda externa, fruto da ampliação de 18,9% das importações contra 10,2% das exportações no corrente ano.

Especificamente, existem dúvidas acerca da consolidação da rota de crescimento em face das reduzidas chances de manutenção do ambiente externo benéfico e do caráter contraditório do conjunto de informações e indicadores colocado à mesa de decisões dos agentes públicos e privados.

É interessante qualificar que a impulsão de 5,2% do PIB brasileiro em 2004 perde expressão se for exposta ao tempo, à geografia e à composição. De fato, a base de comparação de 2003 foi a pior desde 1998 e outros países emergentes registraram taxas de crescimento mais encorpadas, como Venezuela (17,0%), Argentina (9,0%), China (9,5%), Índia (6,5%) e Rússia (7,1%). Em termos agregados, o crescimento do país ficou abaixo do verificado na América Latina (5,7%) – cujas economias possuem maior coeficiente de exportações do que a brasileira –, o maior em vinte e quatro anos, e nos países em desenvolvimento (6,8%), em conformidade com as estimativas do Banco Mundial (tabela 1).

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL, SEGUNDO REGIÕES E PAÍSES SELECIONADOS - 2003-2007

REGIÕES/PAÍSES	TAXA DE CRESCIMENTO (%)				
	2003	2004	2005 ⁽¹⁾	2006 ⁽¹⁾	2007 ⁽¹⁾
Ricos	1,9	3,2	2,4	2,6	2,6
Estados Unidos	3,0	4,4	3,9	3,0	2,6
Zona do Euro	0,5	1,8	1,2	2,2	2,6
Japão	1,4	2,6	0,8	1,9	1,9
Em desenvolvimento	5,3	6,6	5,7	5,2	5,4
Europa e Ásia Central	5,9	6,8	5,5	4,9	5,0
Sul asiático	7,8	6,6	6,2	6,4	6,7
América Latina e Caribe	1,7	5,7	4,3	3,7	3,7
Brasil	0,5	5,2	3,7	3,8	3,7
MUNDO	2,5	3,8	3,1	3,1	3,2

FONTES: Banco Mundial, IBGE, Banco Central do Brasil

(1) Previsões.

Ademais, a dinâmica expansiva esteve bastante concatenada com o desempenho do agronegócio e/ou dos ramos industriais mais articulados aos mercados externos, potencializando a recuperação da demanda doméstica, mas ainda insuficiente para promover pronunciada recuperação das variáveis emprego e salários. Enquanto as exportações mundiais alcançaram US\$ 8,88 trilhões em 2004, com crescimento nominal de 21,0% em relação a 2003, o maior em vinte e cinco anos, as vendas externas brasileiras somaram US\$ 96,5 bilhões no mesmo exercício (variação nominal de 32,0%), representando 1,1% do total mundial, contra 0,95% em 2003, mantendo o país no 25º posto no mundo, bastante distante da contribuição de 1,41% registrada em 1984.

A procura interna foi afetada positivamente pelo efeito defasado da redução de juros ocorrida em 2003 e 2004 – a taxa Selic caiu de 26,5% ao ano para 16,0% a.a. em doze meses encerrados em abril de 2004, ficando nesse patamar até o mês de agosto –, pelo alongamento dos prazos do crediário por parte das instituições financeiras e das redes varejistas e pela impulsão das linhas de empréstimos em consignação, descontados diretamente da folha de salários, que cresceram mais de 100,0% no ano passado e cujo saldo perfazia R\$ 13,5 bilhões em fevereiro de 2005.

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School.

Esse tipo de financiamento já era realizado para servidores públicos por bancos oficiais ou outras instituições financeiras de pequeno porte mediante convênio, tendo sido regulamentado para os trabalhadores da iniciativa privada em setembro de 2003. Operacionalmente, os bancos celebram acordos com centrais sindicais, sindicatos e empresas para a viabilização de empréstimos a empregados com carteira assinada, a juros entre 1,8% e 3,3% ao mês, contra a faixa de 6,0% a 12,0% ao mês no mercado, durante 36 meses. A empresa efetua o desconto e o repasse da parcela fixa do pagamento, que pode comprometer no máximo 30,0% da renda.

Existe um mercado potencial de R\$ 30,0 bilhões para empréstimos consignados a aposentados e pensionistas em meia década no Brasil

Calcula-se que apenas para aposentados e pensionistas haja um mercado potencial de R\$ 30,0 bilhões para empréstimos consignados em meia década, derivado, em grande medida, da deterioração do poder aquisitivo motivada pelo maior peso relativo dos dispêndios com serviços de saúde, tarifas e remédios nos orçamentos dessa categoria da população. Estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que, entre 1994 e 2004, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 176,5%, o Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC-3I) elevou-se em 226,14%.

A introdução de linhas de crédito vinculadas aos salários, notadamente para alguns segmentos como pensionistas e aposentados, abriu espaço para o pagamento e/ou a substituição de dívidas, principalmente aquelas do crédito rotativo no cartão, e o declínio da inadimplência e do *spread* bancário, sendo sua disseminação explicativa de parte da recuperação da produção e do comércio de bens de consumo.

Nas vendas a prazo do comércio, vem proliferando a modalidade de parcelamento sem acréscimo, em três a quatro vezes, responsável por quase a metade dos negócios no varejo, e derivada de acertos mais vantajosos celebrados entre as organizações varejistas com os fabricantes e/ou atacadistas. Só que tais operações constituem fator impeditivo das transações à vista devido à inexistência de descontos.

Em contraposição a essas circunstâncias de flexibilização do crédito, os bancos comerciais vêm descumprindo a determinação, vigente desde junho de 2003, de aplicação de 2,0% dos depósitos à vista em operações com microcrédito, a taxas de 2,0% ao mês, alegando que a remuneração não cobriria as despesas operacionais e os riscos de inadimplência. De acordo com levantamentos do Banco Central (BC), entre março de 2004 e fevereiro de 2005 os bancos teriam emprestado somente 43,0% do volume exigido para essa modalidade.

Todos esses aspectos explicam o incremento de 10,9% nos investimentos, a menor variação do consumo das famílias (4,3%) e a estagnação das compras governamentais (0,8%) em 2004. Mais precisamente, a taxa de investimento subiu de 17,8% do PIB em 2003 para 19,6% do PIB em 2004, o mais elevado patamar desde 1998, e as exportações passaram de 16,4% para 18,0% do PIB, a maior participação desde 1947. Já a contribuição dos gastos do governo no PIB caiu de 19,9%, em 2003, para 18,8% em 2004, e o consumo das famílias declinou de 56,7% para 55,3% do PIB em idêntico período.

De um lado, esses números comprovam a predominância da articulação entre demanda externa e investimentos na recuperação econômica de 2004 e, de outro, recomendam cautela nos diagnósticos de revigoração do consumo interno, especialmente quanto for considerado que cerca de 37,0% dos consumidores brasileiros teriam diminuído dispêndios com bens em serviços em 2004, conforme pesquisa do Instituto AC Nielsen.

O excelente desempenho dos investimentos decorreu da ampliação física do capital fixo, ainda dirigida pontualmente à eliminação de estrangulamentos na capacidade de produção do setor industrial. Embora a produção de máquinas e equipamentos tenha crescido 19,3% em 2004, e os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a compra de bens de capital (exceto caminhões, ônibus e máquinas agrícolas) tenham aumentado 27,0% e 23,0% no segundo e terceiro trimestres de 2004, respectivamente, os acréscimos na atividade industrial ainda foram determinados decisivamente pela utilização de turnos e/ou horas extraordinárias.

É prudente, contudo, considerar a forte interferência do alargamento da participação dos bens de capital na estrutura de preços relativos em 2004. Exercícios do IPEA, transformando a série de investimentos desde 1970 a preços constantes (eliminando o efeito inflacionário), demonstram que a taxa de inversão de 2004 foi superior apenas aos anos de 1992, 1993 e 2002, denotando um ainda preocupante quadro de insuficiência de investimentos para amparar um novo ciclo expansivo. Só a título de ilustração, o consumo de energia elétrica no país em 2004 suplantou em 4,2% os níveis de 2000, antes do apagão de 2001, tornando o país refém das condições hidrológicas, na falta de grandes investimentos em aumento da capacidade de oferta.

Enquanto isso, o acréscimo nos gastos com consumo privado pode ser atribuído à recuperação do emprego e da renda e à flexibilização do crédito. Já a atuação do governo vem sendo o grande fator limitador do investimento público e privado, atestada pela orientação macroeconômica conservadora, reproduzida na queda de pontes de rodovias e na saturação dos modais de transporte ferroviário e portuário, e na alteração súbita de regras de jogo como a redução das alíquotas do imposto de importação de um conjunto de produtos

siderúrgicos, como forma de desarmar as pressões inflacionárias de origem exógena, ocasionadas pela elevação dos preços do minério de ferro e do aço.

A propósito disso, o principal objetivo da política econômica – a convergência da inflação projetada pelos mercados financeiros para o centro da meta de 5,1% acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2005, ignorando o teto de tolerância de 7,0% – está ancorado em uma visão equivocada de ocorrência de focos inflacionários de demanda.

No fundo, a resistência dos preços no varejo em recuar do patamar de variação de 6,0% ao ano deriva da transmissão, para o presente, dos reajustes ocorridos no passado, particularmente das tarifas dos serviços públicos (em sua maioria privatizados), indexadas ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), bastante sensível a choques de oferta, e dos preços administrados, ou monitorados pelo poder público como os de derivados de petróleo. Há também o efeito irradiador interno das elevações dos preços internacionais das *commodities* agrícolas, metálicas e petroquímicas, e da estratégia de recomposição de margens dos oligopólios em fases de reativação da economia, escoradas na ampliação do crédito e dos prazos de financiamentos.

Nada que não pudesse ser equacionado por meio de negociação política de desindexação de contratos, da feitura de acordos setoriais entre trabalhadores e empresários, com a mediação do governo, e da maior democratização do Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme recente sugestão do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República, encampada por entidades como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e instituições sindicais.

Instituído pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, o Conselho tem como principais atribuições a definição das metas de inflação, da taxa de juros de longo prazo (TJLP), referência para os financiamentos do sistema BNDES, e das diretrizes gerais do crédito e do câmbio.

Com a introdução de outros segmentos do governo articulados à produção e ao emprego – como as pastas do Desenvolvimento, do Trabalho e da Agricultura, além do BNDES e de representantes da sociedade civil (empresários, trabalhadores e academia) –, o CMN poderia deixar de constituir apenas uma instância de deliberações compartilhadas entre os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do BC – que exerce a Secretaria Executiva – ao expor o governo a um maior grau de discussão das decisões de caráter econômico, ainda que tendo preservada a maioria dos votos.

Com isso, o Conselho estaria buscando a concatenação entre as metas macroeconômicas e os objetivos de longo prazo ligados à produção e ao emprego. Recorde-se, aqui, que o CMN já exibiu maior abrangência, tendo possuído mais de 20 membros até 1994, quando o então ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, convenceu o presidente da República Itamar Franco a comprimir sua dimensão em nome do gerenciamento eficaz e eficiente do Plano Real.

Contra os argumentos conservadores, defensores da autonomia operacional do BC e do abalo da confiança na gestão monetária, ocasionado pela diversificação das influências sofridas pelo CMN com a ampliação de seu quadro de integrantes, especialmente dos interesses privados, surge a constatação da atual predominância das correntes do “mercado intangível” dentro do Conselho. É perceptível a existência de uma sintonia fina entre o Ministério da Fazenda e o BC e a ocupação deste por profissionais do mercado, oriundos de universidades estrangeiras de semblante monetarista, e por acadêmicos egressos das mesmas instituições de ensino internacionais, que apresentam legítimas pretensões de atingir o topo do sistema financeiro privado.

Contudo, ao não perseguir uma posição em favor do alargamento do CMN, o governo acaba sendo forçado a travar uma batalha com as instituições financeiras que, consultadas periodicamente pelo BC, procuram preservar a multiplicação de seus ganhos por meio da projeção de expectativas inflacionárias acima do núcleo da meta fixada pelo CMN, o que obriga a autoridade monetária, especificamente o Comitê de Política Monetária (Copom), a elevar os juros primários. Com essa atitude, paradoxalmente, o BC abre mão do tradicional controle dos agregados monetários e da administração do conflito entre taxa de juros e oferta monetária.

Uma observação atenta da trajetória dos níveis de atividade econômica permite apurar desaceleração no ritmo de expansão da demanda agregada no último trimestre de 2004 e no início de 2005, como resultado da perda de ímpeto do consumo das famílias, particularmente quanto a bens duráveis, e da compressão dos investimentos, associados às sucessivas elevações dos juros praticadas pelo Copom do BC a partir do mês de setembro, que teriam interferido negativamente nas decisões de elevação de gastos e inversões privadas.

Todavia, a interpretação corrente de continuidade do aquecimento industrial, ainda que em menor velocidade, fornece munição aos avaliadores da insuficiência da atual estratégia de austeridade monetária na contenção da demanda e, conseqüentemente, da necessidade de novas rodadas de aumentos dos juros acompanhadas de outras providências restritivas, como a ampliação dos depósitos compulsórios e a contração dos gastos públicos (transferências e despesas correntes), esta última para compensar o alargamento das despesas financeiras do governo, provocado pela impulsão da taxa básica de juros, e os dispêndios públicos subsidiados, sobretudo as linhas de crédito do BNDES.

O mais gritante é que a posição de defesa de juros primários elevados, mantida pelo Copom, voltou a se irradiar pelos demais tipos de crédito no início de 2005. Tanto é assim que os juros anuais cobrados de pessoas jurídicas, empréstimo pessoal e cheque especial alcançaram a assustadora média de 32,0%, 64,0% e 146,0%, respectivamente, no mês de fevereiro de 2005.

Por ignorar essa realidade, o presidente da República manifestou, no final do mês de abril de 2005, a estranha opinião de que as exorbitantes taxas de juros brasileiras estariam atreladas ao comodismo ou à falta de consciência do cidadão. Em meio a esse ataque de

amnésia, seria oportuno advertir o primeiro mandatário do país para o fato de que a determinação do preço do crédito (juros), de forma a garantir uma espécie de perenidade da farra financista, representa o principal componente da política econômica de seu governo, capitaneada pelo BC, que, ao fixar juros estratosféricos para a rolagem da dívida pública, contribui, dentre outras coisas, para a limitação da concorrência entre as instituições financeiras e, por consequência, da oferta de crédito.

A ampliação dos dispêndios do governo em 2004 esteve estreitamente ligada ao crescimento da economia e ao aumento de arrecadação

A propósito dos dispêndios do governo, convém esclarecer que sua ampliação em 2004 esteve estreitamente ligada ao crescimento da economia e às modificações na legislação tributária, que provocaram aumento de arrecadação. Os gastos do governo central passaram de 16,7% do PIB, em 2003, para 17,4% do PIB em 2004, tendo ficado abaixo dos níveis de 2002.

Esse fato pode ser comprovado pelo cotejo entre o superávit primário de 4,6% do PIB, centro das metas fiscais, e a carga de juros reais de 2,2% do PIB (7,3% nominais ou R\$ 128,0 bilhões contra 5,2% em 1998), sinalizador da utilização de parcela de receita para a amortização de parte da correção monetária da dívida pública, prejudicando a política fiscal que, por sinal, permanece seguindo os princípios contracionistas definidos desde o final de 1998, por ocasião da assinatura do primeiro acordo com o FMI da era do real.

Por essa ordem de idéias, a renúncia voluntária do governo brasileiro em prorrogar o acordo com o Fundo, a partir de 1º de abril de 2005, não configura qualquer mudança relevante no cenário macroeconômico do país. Isso porque o panorama presente – centrado em superávits fiscais, comerciais e em transações correntes – é diametralmente oposto àquele que levou à feita e à revisão dos acertos da administração Fernando Henrique Cardoso (FHC) com aquela instituição multilateral, entre o final de 1998 e agosto de 2002.

Em diferentes ocasiões, a ocorrência de ataques especulativos contra a moeda nacional forçou operações de socorro financeiro do FMI em troca do estabelecimento formal e do cumprimento de rigorosas metas econômicas nos campos da inflação e das contas públicas, em regime de livre flutuação da taxa de câmbio desprovido de controles dos fluxos de capitais, de forma a reconquistar a confiança da comunidade internacional.

Ao maximizar o emprego do receituário de ajustes ortodoxo do Fundo, aproveitando o estágio de expansão da economia e da liquidez mundial, o governo Lula não apenas eliminou as generalizadas suspeitas de ruptura com os credores, como também logrou êxito na geração de saldos fiscais líquidos para o pagamento dos encargos da dívida pública interna e de superávits comerciais para a redução da vulnerabilidade externa

brasileira, habilitando-se a abdicar do “manto protetor” ou da “apólice de seguro” do FMI.

Esse tipo de postura poderia ter sido adotado já no final de 2003, ocasião em que a administração petista optou pela prorrogação por quinze meses do acordo celebrado pelo governo FHC em fins de 2002. Como não ocorreram desembolsos do valor disponibilizado para empréstimos, o país teve que recolher aos cofres do Fundo as comissões pelos recursos não utilizados.

Assim, não por acidente, a escolha brasileira obteve a aprovação pública da diretoria do Fundo e foi endossada de maneira quase que consensual pelos mercados. A dívida externa de US\$ 201,3 bilhões representa cerca de 33,0% do PIB, a menor relação desde 1993, e as reservas cambiais líquidas aumentaram de US\$ 22,1 bilhões, em novembro de 2004, para US\$ 34,8 bilhões em março de 2005.

Porém, mesmo sem o aval formal do Fundo à condução econômica brasileira, a não sinalização oficial no sentido de uma maior flexibilização do programa fiscal contencionista permite supor a permanência do estreito raio de manobra da política econômica, em uma situação de seguimento da receita do FMI por conta própria, ou de uma espécie de internalização de seu programa, na contramão, por exemplo, da recente adesão da proposta de reestruturação da dívida pública argentina, por parte dos credores externos, com deságio médio superior a 70,0%.

Ao insistir na manutenção do programa econômico do FMI por conta própria, o Brasil está abdicando da superação dos pontos de estrangulamento ao crescimento econômico sustentado

O mais grave é que o panorama de juros reais excessivamente elevados e câmbio apreciado contribui para a fragilização da economia brasileira, cobrando pedágio da demanda doméstica e das exportações e pressionando o endividamento público, a política fiscal e os projetos de superação dos gargalos infra-estruturais ao crescimento sustentado.

A esse respeito, somente no caso dos portos, evidencia-se a falta de sincronização entre inversões privadas e públicas, com a otimização dos investimentos empresariais na expansão e no aprimoramento dos terminais sendo prejudicada pelos empecilhos burocráticos e pela insuficiente retaguarda ferroviária e rodoviária diante da crescente ampliação da densidade de usuários. No porto de Sepetitiba, no Rio de Janeiro, o movimento de caminhões aumentou dez vezes nos últimos dois anos.

Essas restrições, ladeadas pela insuficiência de políticas industriais voltadas ao aprimoramento dos níveis de eficiência microeconômica e do perfil do comércio exterior, afetam negativamente a motivação investidora e a performance dos ramos produtivos e/ou exportadores, sobretudo em tecnologia e inovação, itens cruciais para a manutenção ou mesmo o ganho de posições em um ambiente de acirrada disputa dos mercados externos.

Estatísticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reproduzem o regresso da postura defensiva dos empresários diante da decisão de efetivação de novos investimentos. Os montantes de consultas e de aprovações de financiamentos, etapas que antecedem os desembolsos do banco, caíram 20,0% e 16,0%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2005, frente a igual intervalo de 2004.

A propósito, a diminuição da competitividade cambial já provocou a contabilização de resultados negativos nos balanços do quarto trimestre de 2004 em alguns ramos industriais, como os de couro-calçados e têxteis-vestuário. Adicionalmente, a falta de acordos bilaterais tem levado grandes empresas operantes no Brasil a ampliar seu grau de internacionalização via deslocamento (ou ampliação) de produção para plantas localizadas em outros países.

Curiosamente, a “salvação” de 2005 pode estar sendo delineada por performances inesperadas de alguns itens da pauta de exportações do país, como a soja – em virtude dos sinais de redução de oferta e, por extensão, da reação dos preços internacionais diante dos impactos negativos da prolongada estiagem no Centro-Sul do Brasil – e o minério de ferro, que, com reajustes de 71,5% nos contratos de fornecimento da Companhia Vale do Rio Doce para o corrente ano, deve alcançar exportações de US\$ 8,0 bilhões, superando em 71,0% os US\$ 4,7 bilhões registrados em 2004.

No que diz respeito à reação dos preços das *commodities*, o Índice Reuters, que abrange a variação de quase vinte produtos – liderados por petróleo, energia, metais e grãos –, registrou ascensão de 14,0% em doze meses até fevereiro de 2005, explicada pelo prosseguimento do crescimento da economia e comércio mundiais, por quebras de safra (laranja nos Estados Unidos e soja no Brasil) e por movimentos especulativos com matérias-primas imputados ao enfraquecimento do dólar diante das principais moedas internacionais.

De concreto, em cinco anos, os preços do petróleo do tipo Brent, do aço e do minério de ferro registraram elevações de 365,0%, 191,0% e 132,0%, respectivamente, enquanto os índices Nasdaq e Dow Jones, termômetros do desempenho das bolsas norte-americanas, contabilizaram decréscimos de 8,5% e 14,8%, respectivamente.

Isso significa que a continuidade do crescimento da economia internacional, mesmo que em menor velocidade do que a de 2004, e a retomada do curso ascendente de alguns preços-chave (e das pressões inflacionárias), suficiente para a cobertura dos custos variáveis, poderão vir a encobrir as repercussões do câmbio baixo e dos juros altos sobre os resultados empresariais ligados ao setor externo, ainda que transitariamente.

Não obstante, o uso dos expressivos incrementos da demanda mundial como meio de compensação, via preço, das perdas provocadas pela sobrevalorização do câmbio, pode resultar em encurtamento de mercados e/ou de competitividade das empresas brasileiras atuantes nas fronteiras externas.

A propósito da economia mundial, a cobertura dos déficits fiscal e comercial de US\$ 1,3 trilhão dos EUA, em 2004, ocorreu com a entrada de investimentos estrangeiros de US\$ 1,43 trilhão (ações, títulos privados e bônus do tesouro), demonstrando que a recente desvalorização do dólar representa, antes de tudo, uma ameaça de depreciação do estoque de riqueza dos credores dos EUA.

Não obstante, parece lícito trabalhar com a continuidade dos movimentos de elevação gradual dos juros básicos nos EUA (Federal Funds Rate), que passaram de 1,0% a.a., em junho de 2004, para 2,75% a.a. em abril de 2005, de recuperação dos títulos de longo prazo do tesouro norte-americano – cuja remuneração já se aproxima dos 5,0% a.a. –, de queda das cotações das Bolsas dos Estados Unidos, devido às perspectivas de recuo dos lucros das corporações, de conseqüente rearrumação dos portfólios dos investidores, e de especulação com o petróleo, fragilizando as condições de liquidez que vêm favorecendo os mercados emergentes como o Brasil.

Os preços do barril de petróleo acusaram elevação de 83,0% na Bolsa de Londres e de 66,0% na de Nova Iorque em um ano, em decorrência da rápida expansão da demanda e das restrições à expansão da oferta. Há que ser considerada a interferência da busca de recuperação de competitividade das exportações dos países produtores do óleo perdida com a desvalorização do dólar frente ao euro.

Aliás, a elevação dos juros representaria a renovada utilização do único instrumento ortodoxo disponível capaz de estancar ou ao menos evitar maiores depreciações do dólar e promover desaceleração na velocidade de crescimento das economias norte-americana e mundial e, conseqüentemente, sufocar as pressões inflacionárias.

Recorde-se que desde o começo dos anos 1990 a economia mundial vem apresentando um crescimento que padece de sincronização, capitaneado pelos EUA e a Ásia, e bloqueado pela recessão japonesa e estagnação da União Européia. Não obstante os sintomas de recuperação revelados pelo Japão em 2003 e começo de 2004 e a redução dos juros europeus no ano passado, tais economias tendem a manter taxas de expansão medíocres em face da excessiva valorização de suas moedas diante do dólar.

Nessas circunstâncias, a retórica oficial brasileira de recuperação do papel do Estado como elemento pró-cíclico vai sendo, sem maiores constrangimentos, transferida para um segundo mandato. Até mesmo nesse aspecto o atual governo revela semelhanças com seu antecessor. É crucial o resgate da capacidade de intervenção pública no aprimoramento da qualidade do dispêndio, nas inversões em desobstrução dos pontos de estrangulamento, e na explicitação e aplicação de condições complexas de financiamento dos investimentos mais intensivos em capital e de longa maturação temporal, antecedentes aos requerimentos de demanda, como as áreas de transporte, energia, telecomunicações e insumos básicos.

Um arcabouço para o controle de capitais

Gilmar Mendes Lourenço*

Os meios econômicos reavivaram o debate acerca da necessidade de controle das correntes de capitais estrangeiros no Brasil, a partir de manifestação recente do economista e ex-presidente do Banco Central (BC) Afonso Celso Pastore, dirigida à preocupação de devolução das condições técnicas para a gradativa recuperação da taxa de câmbio e a redução estrutural dos juros.

O profissional, de linha ortodoxa, teria defendido a idéia de que, nas circunstâncias atuais, a tarefa do BC em comprimir os níveis de atividade econômica e conseguir a convergência da inflação para o centro da meta de 5,1%, fixada para 2005, seria facilitada pela adoção de um instrumento tributário para monitorar o ingresso de recursos de curto prazo no país.

Isso porque o enorme volume de capitais especulativos, atraído pelo diferencial entre juros internos e internacionais sem proteção em operações de hedge, estaria tornando a política monetária ineficaz, ao impedir a transmissão da elevação da taxa Selic para o preço final do crédito. Apenas como exemplo, enquanto a Selic está em 19,50% ao ano, as taxas das operações de curto prazo (três meses) do Federal Reserve – BC dos Estados Unidos – situam-se em 2,6% ao ano.

Ainda que a proposta do ex-presidente do BC seja interessante, é preciso sublinhar que está baseada em um diagnóstico parcial da conjuntura econômica brasileira. Essencialmente, a compreensão de Pastore enaltece a existência de elementos de inflação de demanda, beneficiados pela conjugação entre o declínio do *spread* bancário e a maior disponibilização de crédito, e negligencia as pressões inflacionárias oriundas dos reajustes dos preços administrados, da exacerbação da demanda mundial de *commodities* minerais e agrícolas e dos custos financeiros adicionais para a rolagem dos passivos privados e públicos.

Por uma observação mais abrangente, a operação do aparelho econômico brasileiro vem sendo caracterizada pela constituição de um conjunto apreciável de anomalias, provocado pela prática de juros reais elevados e tendo como efeito-núcleo a sobrevalorização cambial e a deterioração das contas externas do país em médio e longo prazo. Igualmente negativa é a repercussão da expansão da base monetária, esterilizada pela impulsão do endividamento público, implícita nas

aquisições de moeda estrangeira destinadas à recuperação das suas cotações e ao represamento dos focos inflacionários.

Nessa linha de raciocínio, convém recordar que, na América Latina, a experiência mais interessante de controle de capitais foi a chilena. Aquele país adotou o sistema de quarentena à entrada de capital estrangeiro por quase nove anos no transcorrer dos anos 1990. O esquema teve início em junho de 1991, compreendendo o bloqueio de 20% no BC do valor do ingresso de qualquer novo empréstimo externo, por períodos que oscilavam entre três meses e um ano. Essa operação ficou conhecida como “exigência de reserva não remunerada” (na moeda de origem dos contratos), ou *unremunerated reserve requirements* (URR). Em maio de 1992 ocorreram a elevação da parcela retida para 30% e a inclusão dos investimentos diretos estrangeiros no regime de controle. Em junho de 1998 a URR foi diminuída para 10% e eliminada em setembro daquele ano, curiosamente durante o auge do colapso russo.

Como resultado, a participação dos capitais de curto prazo, que possuem prazo de vencimento inferior a um ano, no total dos compromissos externos chilenos declinou de 19,4%, em 1990, para 15,8% em 1995, 11,5% em 1996 e 4,8% em 1997. Isso conduz à argumentação de que, naquela economia, os fluxos de capitais especulativos foram gradativamente substituídos por aplicações de longa maturação, apostando no diferencial entre juros e câmbio (projetado), na taxa de retorno dos projetos e nos fundamentos macroeconômicos do país.

A taxação de capitais chegou a ser praticada no Brasil entre 1994 e 1998, na busca de resgatar a eficácia da estratégia monetária quando, em meio à pronunciada atração de haveres estrangeiros, a adoção exclusiva do expediente de taxas de juros reais elevadas mostrava-se incapaz de sustentar o alcance dos principais objetivos da política econômica: o controle

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School.

da inflação e a preservação do câmbio fixo. A partir de 1999, com a introdução do regime de livre flutuação cambial, sem controle dos fluxos de recursos voláteis, ficou extremamente complexa a empreitada de fixação e manutenção de pisos e tetos para a cotação do dólar.

Por certo, não se deve descartar a possibilidade de exercício de controle dos fluxos de capitais – por meio do uso de mecanismos tradicionais como a aplicação de regras transitórias para as massas de recursos não produtivos – de forma a neutralizar os desdobramentos nocivos dos movimentos especulativos, condição essencial ao equilíbrio de longo prazo da taxa de câmbio, à redução das pressões sobre as taxas de juros e ao ajuste permanente do balanço de pagamentos.

O controle de capitais não deve ser encarado como panacéia para os problemas estruturais da economia brasileira

Contudo, a sugestão de controle de capitais não deve ser vista como panacéia para os problemas estruturais da economia brasileira. Os reflexos da imposição da fórmula de controle (quantitativo ou via preço) da entrada de capital estrangeiro no país poderiam ser anulados pela utilização de brechas por parte do mercado financeiro.

Daí que, paralelamente a essa decisão, o governo deveria revisar o arcabouço monetário responsável pelos mais relevantes constrangimentos macroeconômicos do país, e implementar um espectro de providências capaz de sinalizar e assegurar um ambiente de maior previsibilidade financeira. Nesse conjunto, assumiria relevância a formulação e implantação de uma reforma financeiro-cambial que propiciasse um funcionamento mais estável dos mercados de títulos e o manuseio de ingredientes relacionados ao tamanho da dívida cambial e ao volume de reservas.

Adicionalmente, uma pauta mais específica de medidas poderia abranger a perseguição intransigente da multiplicação da oferta dos papéis prefixados, a compressão dos débitos em dólar, a impulsão do estoque de reservas para enfrentamento dos compromissos externos, em um cenário de não renovação do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o aprimoramento da qualidade do dispêndio público e a redução das taxas de juros. A decorrente diminuição do risco Brasil e da entrada de dólares pela via financeira contribuiria para o esfriamento do curso ascendente real.

Ao mesmo tempo, o monitoramento dos capitais poderia combinar a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) na entrada, a imposição de restrições às operações do sistema financeiro nos mercados de câmbio, a fixação de prazos mínimos de permanência, dependendo da modalidade de aplicação, e o controle das remessas de valores pelas contas CC-5.

Indicadores industriais do Paraná

Gilmar Mendes Lourenço*

A indústria brasileira vem registrando indicadores desfavoráveis neste começo de 2005. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial do país já estaria sinalizando uma desaceleração, pois teria crescido 5,2% nos primeiros dois meses do ano, contra incremento de 6,3% no último trimestre de 2004, tendo como base de comparação iguais períodos dos anos anteriores.

Esse comportamento foi liderado pelos ramos fabricantes de bens de consumo (especialmente aparelhos de telefonia celular e automóveis), em virtude da ampliação de modalidades de crédito menos vinculadas ao comportamento da taxa Selic, como o recolhimento em folha, e da incipiente recuperação da massa salarial (que também beneficia os não-duráveis e semiduráveis), enquanto os segmentos de bens de capital e intermediários acusaram acréscimos moderados em face das performances negativas de máquinas para a agricultura (-26,7%) e combustíveis e lubrificantes (-7,7%).

Especificamente no tocante aos ramos vinculados ao setor primário, a quebra de safra no Centro-Sul, as elevações de custos de produção e as incertezas quanto à trajetória da taxa de câmbio explicam o declínio de produção. Também a área de refino de petróleo expressiu comportamento negativo no mês de fevereiro em razão de paralisação de algumas plantas fabris para manutenção técnica. No entanto, atividades de bens de produção para a construção, energia elétrica, transportes e indústria exibiram resultados positivos bastante expressivos (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR CATEGORIA DE USO - JANEIRO-FEVEREIRO 2005

CATEGORIA	VARIAÇÃO (%)
Bens de capital	3,9
Bens intermediários	2,6
Bens de consumo	8,5
Duráveis	12,6
Semiduráveis e não-duráveis	7,5
TOTAL	5,2

FONTES: IBGE

Em paralelo, levantamentos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelam expansão modesta das vendas reais e expressiva nas variáveis relacionadas à produção e ao mercado de trabalho. Os salários

líquidos reais, as horas trabalhadas e o emprego industrial cresceram 8,7%, 7,5% e 7,0%, respectivamente, representando a maior taxa desde 1985, no caso dos salários, e o melhor desempenho em treze anos para o emprego. A utilização da capacidade instalada permaneceu ao redor de 80,0% (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL - INDICADORES INDUSTRIAIS - JANEIRO-FEVEREIRO 2004

VARIÁVEIS	VARIAÇÃO (%)
Vendas reais	3,5
Pessoal empregado	7,0
Horas trabalhadas na produção	7,5
Salários reais líquidos	8,7
Utilização da capacidade instalada	80,6

FONTES: CNI

Ressalte-se que esse fenômeno é típico de primeiro bimestre, quando o maior desembolso de recursos para o pagamento concentrado de impostos, taxas e matrículas escolares, e a preocupação com a cobertura das prestações das compras a prazo assumidas no final do ano, além da moderada recuperação da massa salarial, estimulam o consumo à vista e o desvio da demanda de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos) para não-duráveis (predominantemente alimentos) e semiduráveis (roupas e calçados).

Cálculos do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) sugerem retração da indústria entre setembro de 2004 e fevereiro de 2005, atrelada ao estágio formado por elementos negativos como a elevação dos juros, a frustração da safra de verão por problemas climáticos e a diminuição das cotações das *commodities*. Isso se reproduziu no desempenho negativo amargado por ramos intensivos em mão-de-obra e/ou com apreciáveis efeitos multiplicadores para frente e para trás. Nesses seis meses, a produção industrial declinou 1,0% contra expansão de 6,6% entre março e agosto de 2004, tendo ocorrido declínio bastante acentuado nos ramos têxtil, borracha, plástico, máquinas e equipamentos e mobiliário.

*Economista, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE Business School.

***A indústria paranaense
reduziu seu ritmo de expansão
no primeiro bimestre de 2005***

No Paraná, os dados apontam pronunciada redução do ritmo de expansão no primeiro bimestre de 2005 em comparação com o último trimestre de 2004 (6,4% *versus* 12,4%), como aponta a tabela 3.

Ainda assim, a expansão ficou acima da brasileira, e a despeito de estar sustentada em edição e impressão, veículos automotores e máquinas e equipamentos, ocorreu recuo expressivo no gênero química, puxado por adubos e fertilizantes e óleo diesel, em função, primordialmente, da crise na agricultura.

No caso do diesel, houve ainda a influência da paralisação técnica por dez dias da unidade de craqueamento catalítico da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) em Araucária.

Em sentido análogo, o faturamento real da indústria paranaense, acompanhado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), superou a média nacional nos primeiros dois meses de 2005 (4,6% *versus* 3,5%), liderado pelas indústrias de perfumaria, gráfica e material elétrico.

Com respeito ao indicador emprego industrial, o Estado registrou a maior variação do país no primeiro bimestre (6,1%), explicada pelas performances positivas das atividades de vestuário, meios de transporte, minerais não-metálicos, refino de petróleo e alimentos e bebidas (tabela 4).

TABELA 3 - BRASIL - INDICADORES INDUSTRIAIS PERIODIZADOS, SEGUNDO PRINCIPAIS ESTADOS - 2004-2005

ESTADOS	2004				2005
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Jan.-Fev.
Amazonas	16,5	19,9	5,8	11,6	14,3
Pará	7,1	9,7	12,3	12,3	6,4
Ceará	2,1	6,5	20,5	17,0	8,3
Pernambuco	4,2	10,3	4,5	1,8	5,5
Bahia	7,0	12,4	5,6	15,5	5,7
Minas Gerais	2,7	6,5	9,1	5,4	7,6
Espírito Santo	2,5	5,5	3,0	9,6	3,6
Rio de Janeiro	1,0	2,6	3,2	2,9	0,8
São Paulo	8,4	13,3	16,5	8,8	7,0
Paraná	10,8	3,4	13,2	12,4	6,4
Santa Catarina	3,1	13,9	17,2	11,1	10,7
Rio Grande do Sul	4,6	7,8	10,6	2,6	-1,6
Goiás	4,3	5,2	9,4	14,2	1,1
Brasil	6,5	10,0	10,4	6,3	5,2

FONTE: IBGE

NOTA: Base: igual período do ano anterior = 100.

TABELA 4 - BRASIL - EVOLUÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JANEIRO-FEVEREIRO 2005

UF	VARIAÇÃO (%)
Ceará	5,8
Pernambuco	1,3
Bahia	4,2
Minas Gerais	5,1
Espírito Santo	3,2
Rio de Janeiro	-0,4
São Paulo	2,7
Paraná	6,1
Santa Catarina	5,8
Rio Grande do Sul	-1,8
BRASIL	3,0

FONTE: IBGE

NOTA: Base: igual período do ano anterior=100.

Exportações paranaenses para a União Européia: desempenho em 2004

Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz*

As exportações paranaenses com destino à União Européia (UE) totalizaram US\$ 2,68 bilhões em 2004, valor correspondente a uma elevação de 22,21% em relação aos US\$ 2,19 bilhões registrados em 2003. Com esse resultado, o Paraná se manteve como o terceiro maior exportador nacional, atrás apenas de São Paulo (US\$ 5,56 bilhões) e Minas Gerais (US\$ 2,89 bilhões).

Tal desempenho pode ser explicado, em parte, pela boa performance das exportações das principais *commodities* agrícolas. Além disso, houve influência da valorização do euro frente ao real e do aumento das vendas externas de produtos com maior conteúdo tecnológico.

Tanto é assim que as exportações de motores para automóveis apresentaram evolução de 33,92%, atingindo a cifra de US\$ 355,38 milhões. Essa expansão deriva principalmente das exportações da Tritec Motors, empresa teuto-americana que fornece motores para fabricantes de veículos instalados no Reino Unido. Ademais, cabe destacar o aumento das vendas de motores da Renault com destino à França.

Em paralelo, houve crescimento nas exportações de aparelhos elétricos para telefonia, que somaram US\$ 98,63 milhões em 2004, registrando variação de 1.036,87%. Esse incremento reflete o início da produção de centrais de telefonia fixa em Curitiba, para o atendimento dos mercados nacional e internacional. Na mesma trajetória, as vendas de aparelhos transmissores e receptores cresceram 2.255,82%, alcançando a cifra de US\$ 13,05 milhões, muito acima dos US\$ 554 mil registrados no ano de 2003.

As exportações de compressores e bombas aumentaram 156,12%, saltando de US\$ 32,03 milhões, em 2003, para US\$ 82,04 milhões em 2004. O referido incremento está associado, em grande medida, ao dinamismo das vendas de componentes para motores diesel, importados principalmente pela Alemanha.

Quanto aos produtos primários, verifica-se que o farelo de soja foi o item com maior impacto positivo no aumento absoluto das exportações para a UE. Embora a quantidade embarcada desse produto tenha crescido apenas 10,52%, as receitas aumentaram 28,43%. A pronunciada ascensão do faturamento se deve aos elevados preços registrados no mercado internacional durante o primeiro semestre de 2004, período que concentrou a comercialização da mercadoria.

Da mesma maneira, as exportações de cereais apresentaram expansão nas quantidades embarcadas (16,26%) e nas receitas (34,37%). É importante salientar que esse segmento ampliou significativamente os embarques para Itália e Bélgica em 2004, e ainda contribuiu fortemente com o crescimento das exportações totais para a Polônia.

Já no que tange à carne bovina *in natura*, a elevação das receitas evidencia o aproveitamento, pelos exportadores paranaenses, das oportunidades comerciais abertas pela crise sanitária no continente europeu. No ano passado, os embarques do produto garantiram divisas de US\$ 65,20 milhões, representando crescimento de 60,33% em comparação ao exercício anterior. Cabe destacar o bom resultado das exportações de carne de peru *in natura*, que geraram receitas de US\$ 43,32 milhões em 2004, 48,25% acima do faturamento contabilizado em 2003.

Em relação ao complexo madeireiro, foi registrada variação positiva de 49,51% nas exportações de madeira compensada, gerando divisas da ordem de US\$ 217,47 milhões em 2004. Esse aumento está relacionado aos embarques de *Medium Density Fiberboard*, produto amplamente utilizado pelas indústrias de móveis e da construção civil.

Por outro lado, as exportações de algumas mercadorias decresceram na comparação com 2003, como são os casos da soja em grão e da carne de frango *in natura*. No tocante à oleaginosa, a redução de 22,11% nas receitas reflete principalmente as menores quantidades embarcadas para a Alemanha, principal importador de soja e derivados.

Por fim, a queda de 6,98% nas vendas da carne de frango pode ser imputada ao provável esgotamento do potencial de crescimento das exportações para o mercado europeu, assim como às restrições comerciais impostas ao produto nacional.

*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES PARA A UNIÃO EUROPÉIA, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - 2004-2003

PRODUTO	EXPORTAÇÕES (US\$ FOB)		VARIÇÃO ABSOLUTA (US\$ FOB)	VARIÇÃO 2004/2003 (%)
	2004	2003		
Farelo de soja	745 986 418	580 832 893	165 153 525	28,43
Soja em grão	385 883 916	495 448 436	-109 564 520	-22,11
Motores para automóveis	355 384 616	265 368 531	90 016 085	33,92
Madeira compensada ou contraplacada	217 472 748	145 460 006	72 012 742	49,51
Cereais	159 243 267	118 510 118	40 733 149	34,37
Aparelhos elétricos para telefonia	98 634 077	8 675 903	89 958 174	1.036,87
Carne de frango <i>in natura</i>	98 445 004	105 826 665	-7 381 661	-6,98
Compressores e bombas	82 035 920	32 030 738	50 005 182	156,12
Carne de bovino <i>in natura</i>	65 199 824	40 665 681	24 534 143	60,33
Carne de peru <i>in natura</i>	43 319 687	29 219 861	14 099 826	48,25
Papel	42 310 039	37 035 527	5 274 512	14,24
Café cru em grão	30 492 911	24 275 196	6 217 715	25,61
Café solúvel	26 827 182	29 117 349	-2 290 167	-7,87
Autopeças	23 985 962	15 311 147	8 674 815	56,66
Madeira serrada	20 672 848	17 832 364	2 840 484	15,93
Couro	19 899 006	27 164 765	-7 265 759	-26,75
Produtos químicos orgânicos	19 248 514	15 559 486	3 689 028	23,71
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	17 357 740	18 706 770	-1 349 030	-7,21
Demais carnes	17 100 011	13 590 602	3 509 409	25,82
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	14 166 982	17 114 694	-2 947 712	-17,22
Aparelhos transmissores e receptores	13 051 336	554 003	12 497 333	2.255,82
Demais produtos químicos	12 838 255	8 677 693	4 160 562	47,95
Obras de marcenaria ou de carpintaria	12 361 659	7 538 140	4 823 519	63,99
Demais madeiras e manufaturas de madeira	9 835 279	7 299 782	2 535 497	34,73
Veículos de carga	9 603 344	20 342 449	-10 739 105	-52,79
Torneiras e válvulas	9 338 256	12 961 353	-3 623 097	-27,95
Óleo de soja em bruto	8 183 404	221 907	7 961 497	3.587,76
Calçados	7 264 799	5 548 217	1 716 582	30,94
Madeira laminada	7 037 978	4 028 192	3 009 786	74,72
Outros produtos	103 537 302	85 277 498	18 259 804	21,41
TOTAL	2 676 718 284	2 190 195 966	486 522 318	22,21

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Revisão das estimativas para a safra paranaense de grãos 2004/2005

Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz*

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar as novas estimativas para a safra paranaense 2004/2005, incorporando recentes informações acerca das perdas causadas pela prolongada estiagem. Além disso, o texto apresenta os primeiros levantamentos da safra de grãos de inverno.

Segundo o Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), as perdas com a seca devem somar R\$ 2,1 bilhões. A produção de grãos de verão deve atingir 20,43 milhões de toneladas, o que representa decréscimo de 8,37% em comparação às 22,29 milhões de toneladas colhidas na safra anterior.

A produção de soja apresentará retração de 6,29%, caindo de 10,22 milhões para 9,58 milhões de toneladas, apesar do crescimento de 2,88% na área, de 4,01 milhões de hectares em 2003/2004 para 4,12 milhões de hectares em 2004/2005.

O aumento dos estoques mundiais e a perspectiva de uma boa safra norte-americana fizeram com que os preços da oleaginosa apresentassem quedas consideráveis. Nesse contexto desfavorável, que reflete também a apreciação do câmbio, verifica-se um ritmo de comercialização mais lento, evidenciando a opção dos agricultores pela retenção da produção.

Em relação ao milho, espera-se uma colheita de 9,79 milhões de toneladas, o que significa queda de 10,59% em relação à safra anterior. A área plantada alcançou 2,17 milhões de hectares, retraindo 12,05%. Tais decréscimos são explicados principalmente pela redução da superfície destinada à safrinha, decorrente da ampliação do plantio do trigo. Já no que tange ao feijão, deve-se registrar redução de 13,27% na área, com uma produção de 544,72 mil toneladas, 18% menor que na temporada 2003/2004.

A cultura de algodão ocupou 55,62 mil hectares, sendo 17,73% superior à safra anterior. Estima-se uma produção de 94,92 mil toneladas de algodão em caroço, 5,53% a mais que em 2003/2004, quando foram colhidas 89,94 mil toneladas. Já a produtividade deverá atingir

1,71 mil kg/ha, abaixo do rendimento de 1,90 mil kg/ha obtido no ano passado.

No que se refere ao café, são esperados decréscimos de 7,05% na área e de 38,22% na produção. Além dos problemas climáticos, a redução na quantidade produzida decorre do ciclo bianual da cultura, que leva a uma alternância entre altos e baixos patamares de produção. Entretanto, a alta dos preços internacionais da *commodity* deve garantir satisfatórios níveis de rentabilidade aos produtores.

Na cultura do arroz, a estiagem atingiu mais fortemente o produto de sequeiro, levando a uma produção de apenas 53,90 mil toneladas, o que representa diminuição de 35,68%. No caso do arroz irrigado, as perdas deverão ser menores, com a produção de 92,03 mil toneladas, 6,37% a menos do que na safra anterior.

Por fim, estima-se que a produção de grãos de inverno alcançará 3,65 milhões de toneladas, crescendo 1,07%. A área cultivada deverá declinar 8,39%, passando de 1,74 milhão para 1,59 milhão de hectares. As estimativas para o trigo, principal produto da safra de inverno, apontam para redução de 3,27% na quantidade produzida e de 12,49% na área.

*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

TABELA 1 - ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS DE VERÃO - SAFRAS 2003/2004 E 2004/2005

PRODUTO	ÁREA (ha)		VAR. (%)	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	2003/2004	2004/2005		2003/2004	2004/2005	
Algodão (caroço)	47 247	55 624	17,73	89 944	94 921	5,53
Amendoim	4 218	4 390	4,08	8 608	8 054	-6,44
Arroz	68 051	66 780	-1,87	182 090	145 932	-19,86
Irrigado	19 328	20 704	7,12	98 293	92 032	-6,37
Sequeiro	48 723	46 076	-5,43	83 797	53 900	-35,68
Café	117 376	109 102	-7,05	152 260	94 074	-38,22
Feijão	503 585	436 770	-13,27	664 333	544 724	-18,00
1ª safra	360 186	297 587	-17,38	484 018	400 719	-17,21
2ª safra	122 081	117 483	-3,77	165 057	129 224	-21,71
3ª safra	21 318	21 700	1,79	15 258	14 781	-3,13
Girassol	690	110	-84,06	714	121	-83,12
1ª safra	300	100	-66,67	360	104	-71,25
2ª safra	390	10	-97,44	354	17	-95,20
Mamona	569	1 040	82,78	1 049	1 336	27,31
Milho	2 464 652	2 167 562	-12,05	10 953 869	9 794 221	-10,59
1ª safra	1 352 364	1 265 440	-6,43	7 606 564	6 719 543	-11,66
2ª safra	1 112 288	902 122	-18,89	3 347 305	3 074 678	-8,14
Soja	4 007 099	4 122 373	2,88	10 221 323	9 578 108	-6,29
1ª safra	3 940 903	4 089 194	3,76	10 100 197	9 537 742	-5,57
2ª safra	66 196	33 179	-49,88	121 126	40 367	-66,67
Sorgo	7 255	4 800	-33,84	19 262	17 020	-11,64
1ª safra	2 450	3 000	22,45	8 032	10 500	30,73
2ª safra	4 805	1 800	-62,54	11 230	6 520	-41,94
TOTAL	7 220 742	6 968 551	-3,49	22 293 452	20 427 036	-8,37

FONTE: SEAB/DERAL

TABELA 2 - ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS DE INVERNO - SAFRAS 2003/2004 E 2004/2005

PRODUTO	ÁREA (ha)		VAR. (%)	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	2003/2004	2004/2005		2003/2004	2004/2005	
Aveia	258 326	274 470	6,25	318 746	404 255	26,83
Canola	1 611	1 820	12,97	1 798	2 650	47,39
Centeio	658	480	-27,05	908	995	9,53
Cevada	53 819	56 900	5,72	167 450	188 410	12,52
Trigo	1 350 196	1 181 500	-12,49	2 978 109	2 880 623	-3,27
Triticale	71 026	74 800	5,31	141 188	170 051	20,44
TOTAL	1 735 636	1 589 970	-8,39	3 608 199	3 646 983	1,07

FONTE: SEAB/DERAL

Paraná - Destaques Econômicos*

Julio Takeshi Suzuki Júnior**, Alan Ianke dos Santos, Fernando H. Mendes de Lima e Shelbert Braz***

AGROINDÚSTRIA

C. Vale amplia complexo avícola em Palotina

A cooperativa paranaense C. Vale investiu R\$ 240 milhões em Palotina, na ampliação do seu complexo avícola. Com isso, será duplicada a capacidade de abate, devendo atingir 300 mil cabeças por dia já no próximo ano. Além do abatedouro, foram construídas uma unidade para a industrialização da carne de frango, destinada a produzir cortes pré-cozidos, e uma fábrica de ração.

No total, deverão ser gerados 2,6 mil empregos, com impactos significativos na economia da região. Em 2004, a C. Vale contabilizou faturamento de R\$ 1,28 bilhão, destacando-se no segmento cooperativista.

LIMA, Marli. C. Vale vai ampliar aposta no frango. **Valor Econômico**, São Paulo, 05 abr. 2005. Empresas, p. B10.

ORGIS, Guido. C. Vale inaugura mais uma unidade para abater frangos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 abr. 2005. p. 28.

Frimesa expande seu complexo de laticínios

A Frimesa está investindo R\$ 23 milhões na ampliação do seu complexo de laticínios. No mês de abril, foi inaugurada a fábrica de leite condensado, que receberá a produção de cerca de 7 mil produtores rurais da região.

Além da produção de leite condensado, a Frimesa destinará recursos à fabricação de bebidas achocolatadas, cremes de leite, queijos e sucos.

OESTE ganha primeira indústria de leite condensado do Paraná. **Folha de Londrina**, 14 abr. 2005. Folha Economia, p. 4.

INDÚSTRIA

Empresa chilena adquire *holding* da Placas do Paraná

A Celulosa Arauco y Constitución S.A., sediada no Chile, comprou a *holding* LD Forests S.A. (controladora da empresa Placas do Paraná) através da filial brasileira Arauco do Brasil. O grupo chileno também adquiriu a participação acionária da

empresa paranaense na Dynea Brasil S.A., fabricante de insumos químicos para a indústria de painéis de madeira.

A Placas do Paraná, fundada em 1965, foi a primeira empresa do Brasil a fabricar painéis de madeira aglomerada. Com duas unidades industriais, localizadas em Curitiba e Jaguariaíva, o grupo produz anualmente 320 mil m³ de madeira aglomerada e 260 mil m³ de painéis de fibra de média densidade. A empresa possui mais de 40 mil hectares de reflorestamentos próprios, emprega 650 funcionários e exporta cerca de 40% de sua produção para a Ásia, América Latina, África, Estados Unidos e México.

Com a aquisição da Placas do Paraná, a Arauco tornou-se a maior empresa de base florestal e industrial instalada no Brasil.

GASPARIN, Mirian. Empresa chilena compra Placas do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 mar. 2005. p. 22.

Petrobrás planeja produzir biodiesel em São Mateus do Sul

A Petrobrás pretende investir cerca de R\$ 15 milhões na construção de uma usina de biodiesel em São Mateus do Sul. A capacidade de processamento da fábrica poderá alcançar 40 mil toneladas por ano.

Para iniciar o projeto, a empresa aguarda a conclusão de um levantamento sobre o potencial produtivo de oleaginosas no Centro-Sul do Paraná e no Norte de Santa Catarina. O estudo avaliará a capacidade de produção dos pequenos agricultores, que poderão se tornar fornecedores de matéria-prima.

A demanda pelo biodiesel aumentará consideravelmente a partir de 2008, quando a adição de 2% do combustível ao diesel comum passará a ser obrigatória.

ORGIS, Guido. Petrobrás pretende abrir usina de biodiesel em São Mateus do Sul. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 abr. 2005. p. 17.

Dana investe R\$ 3 milhões na linha de montagem de chassis

Com o objetivo de atender às encomendas da Volvo, que exportará 1.157 ônibus biarticulados para o Chile, a Dana, multinacional fabricante de chassis de veículos, ampliará suas instalações em Campo Largo. O investimento de R\$ 3 milhões será destinado à construção de um prédio que abrigará a linha de montagem dos chassis, incluindo uma linha de preparação e pintura dos componentes.

*Elaborado com informações disponíveis no período de 1/3/2005 a 30/4/2005.

**Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

***Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

Como resultado da ampliação da fábrica, a empresa vai contratar mais 60 funcionários, aumentando em 56% o seu quadro de empregados na unidade.

CASADO, Vânia. Dana amplia sua fábrica para atender a Volvo. **Folha de Londrina**, 24 abr. 2005. Folha Economia, p. 6.

Vinícola Campo Largo investirá R\$ 7,5 milhões em 2005

A vinícola Campo Largo investirá R\$ 7,5 milhões para ingressar nos mercados de vinhos finos e frisantes.

Do total, R\$ 5,5 milhões serão destinados à compra de uma máquina para engarrafamento de produtos gaseificados, enquanto R\$ 1,6 milhão será aplicado na mudança da marca. Os R\$ 400 mil restantes estão sendo investidos na construção de uma loja de 350 m² em Curitiba, que será o principal ponto de divulgação dos produtos da empresa.

Em 2004, a Campo Largo vendeu cerca de 20 milhões de litros de vinho comum, volume 12% superior ao registrado em 2003.

LIMA, Marli. Campo Largo muda marca e investe em vinhos finos. **Valor Econômico**, São Paulo, 26 abr. 2005. Empresas, p. B3.

COMÉRCIO

Rede de supermercados Condor abre loja no litoral

A rede de Supermercados Condor inaugurou, em março, um hipermercado no município de Paranaguá. Foram investidos R\$ 20 milhões no empreendimento, que contou com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Atualmente, a rede Condor é responsável por mais de 4 mil empregos diretos no Paraná, incluindo os 420 postos de trabalho gerados pelos investimentos no novo hipermercado.

GASPARIN, Mirian. Grupos paranaenses abrem hiper com cinema no litoral. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 02 mar. 2005. p. 19.

INFRA-ESTRUTURA

Usina no rio Jordão iniciará operações

Em julho deste ano, a Companhia Paranaense de Energia (Copel) deverá iniciar o funcionamento da Usina Santa Clara, localizada entre os municípios de Pinhão e Cândói, integrando o complexo energético do rio Jordão. A hidrelétrica terá capacidade instalada de 120 megawatts, suficientes para atender à demanda de cerca de 300 mil pessoas.

Ademais, está previsto para o próximo ano o início das operações da Usina do Fundão, na mesma região. No total, serão investidos R\$ 480 milhões no complexo do rio Jordão, que inclui ainda duas pequenas hidrelétricas, próximas das duas principais unidades geradoras.

USINA Santa Clara vai operar em julho. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 abr. 2005. p. 25.

CASADO, Vânia. Até julho, Copel terá nova hidrelétrica. **Folha de Londrina**, 06 abr. 2005. Folha Economia, p. 3.

NÍVEL DE ATIVIDADE

Emprego cresce 0,72% no primeiro bimestre

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), foram criados 9.147 empregos formais no Paraná em fevereiro deste ano, dos quais 6.634 (72,53%) no interior do Estado. Esse resultado representa alta de 0,53% em relação a janeiro, um pouco abaixo da variação de 0,72% referente ao primeiro bimestre, na comparação com o mesmo intervalo do ano passado.

No acumulado do período janeiro-fevereiro de 2005, o setor denominado "outros serviços" (que inclui recursos humanos, segurança, limpeza, etc.) apresentou o melhor resultado, com a abertura de 2.910 vagas. Em seguida, surgem os segmentos de transportes e comunicação, comércio atacadista e hotéis e restaurantes, responsáveis pela criação de 1.708, 1.432 e 1.413 postos de trabalho, respectivamente.

BORDINHÃO, Andréa. Nível de emprego no PR cresce 0,53%. **Folha de Londrina**, 3 mar. 2005. Folha Economia, p. 3.

Emprego na construção civil apresenta redução no último quadriênio

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego, a construção civil do Paraná registrou saldo negativo de 10.563 postos de trabalho no período 2001-2004. Com esse resultado, o Estado foi responsável por 17,54% do total de fechamento de vagas do setor em nível nacional.

A performance negativa do segmento no Estado pode ser imputada à elevação dos preços das matérias-primas, às taxas de juros elevadas, às dificuldades de financiamento e à insuficiência de investimentos públicos em grandes obras.

PARANÁ puxa desemprego nacional na construção civil desde 2001. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 mar. 2005. p. 17.

FOMENTO

Financiamentos do BRDE somam R\$ 228 milhões no Paraná

O Paraná foi o estado que mais recebeu recursos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) em 2004, com um total de R\$ 228 milhões em financiamentos. Foram realizadas 1.642 operações de empréstimo, sendo 1.519 para o setor primário, 69 para o secundário e 54 para o terciário.

No ano passado, a instituição registrou lucro líquido de R\$ 79,7 milhões, valor 29,2% superior ao registrado em 2003.

SAIKI, Lyrian. BRDE empregou R\$ 228 mi no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 23 mar. 2005. p. 22.

INFLAÇÃO

Cesta básica fica 1,33% mais cara em Curitiba

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a cesta básica registrou aumento de 1,33% em Curitiba no mês de março, atingindo o valor de R\$ 166,32, a quinta mais cara entre as capitais.

Dos 13 itens que fazem parte da cesta, 11 apresentaram elevação. O tomate foi o produto que registrou a maior variação

positiva (9,92%), devido principalmente aos problemas climáticos e à entressafra. Ademais, outros produtos contabilizaram altas significativas, como a banana (8,63%), o arroz (6,96%) e o açúcar (6,03%).

Por outro lado, a carne e o pão apresentaram queda nos preços em março, com variações de -2,78% e -1,53%, respectivamente.

SAIKI, Lyrian. Cesta básica sobe 1,33% em Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 05 abr. 2005. p. 25.

CASADO, Vânia. Cesta básica de Curitiba acumula alta de 6,68%. **Folha de Londrina**, 05 abr. 2005. Folha Economia, p. 4.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005 ⁽¹⁾	55 624	94 921	1 706	66 780	145 932	2 185	26 374	540 110	20 479

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005 ⁽¹⁾	109 102	94 074	862	410 423	33 166 126	80 810	56 900	188 410	3 311

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2005

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005 ⁽¹⁾	436 770	544 724	1 247	206 058	4 130 593	20 046	2 167 562	9 794 221	4 519

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 350 196	2 978 109	2 206
2005 ⁽¹⁾	540	1 509	2 794	4 122 373	9 578 108	2 323	1 181 500	2 880 623	2 438

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2004

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	101 153	17 152	29 714
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	112 623	17 422	30 246
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	103 349	15 244	29 913
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	120 730	15 638	32 243
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	115 940	17 616	30 363
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	121 156	20 834	30 928
Janeiro	108 143	16 217	25 688	Outubro	127 530	24 920	33 913
Fevereiro	92 700	15 727	23 247	Novembro	115 356	20 766	28 242
Março	92 731	14 361	24 787	Dezembro	118 106	23 322	25 048
Abril	104 996	18 495	28 516	2004 ⁽¹⁾	1 557 747	276 806	340 568
Maio	101 833	16 465	28 223	Janeiro	121 181	18 728	27 006
Junho	100 807	16 944	26 889	Fevereiro	110 707	17 839	26 296
Julho	116 253	17 934	29 970	Março	130 714	21 834	29 479
Agosto	106 345	18 803	30 677	Abril	127 224	21 885	27 522
Setembro	103 766	19 608	28 916	Maio	129 493	23 624	29 508
Outubro	109 473	23 072	31 264	Junho	130 170	26 308	29 841
Novembro	99 931	21 024	28 849	Julho	138 452	22 128	30 029
Dezembro	98 702	20 701	26 926	Agosto	132 983	22 417	28 961
2003	1 344 398	219 774	359 139	Setembro	134 141	25 930	28 795
Janeiro	109 999	15 544	31 393	Outubro	133 126	26 809	26 859
Fevereiro	98 465	15 161	28 084	Novembro	130 394	26 870	28 165
Março	99 991	16 155	29 054	Dezembro	139 160	22 435	28 106

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - MARÇO 2005

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Fevereiro	238	734
1977	1 356	8 826	Março	247	776
1978	1 614	9 636	Abril	129	956
1979	1 635	12 575	Maio	192	1 040
1980	1 936	13 482	Junho	196	929
1981	1 954	14 105	Julho	220	1 084
1982	1 179	6 606	Agosto	317	1 126
1983	1 079	3 345	Setembro	324	1 063
1984	1 748	7 921	Outubro	395	867
1985	2 167	9 728	Novembro	347	886
1986	2 029	10 588	Dezembro	287	510
1987	2 121	9 479	2004	3 147	10 619
1988	1 567	8 847	Janeiro	198	440
1989	1 386	6 189	Fevereiro	408	694
1990	885	4 111	Março	399	896
1991	584	2 677	Abril	227	766
1992	593	2 893	Maio	228	795
1993	1 038	4 475	Junho	213	942
1994	1 707	9 011	Julho	162	1 182
1995	859	5 095	Agosto	242	1 175
1996	897	4 180	Setembro	214	1 004
1997	1 296	6 062	Outubro	301	1 047
1998	1 380	6 025	Novembro	265	931
1999	1 351	4 854	Dezembro	290	747
2000	1 692	6 251	2005	268	1 611
2001	2 046	8 307	Janeiro	60	246
2002	2 448	9 752	Fevereiro	118	627
2003	3 112	10 449	Março	90	738
Janeiro	220	478			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999 - MARÇO 2005

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
2002	5 063	5 512	131 285
2003	9 242	6 147	133 269
Janeiro	664	399	11 354
Fevereiro	803	486	13 218
Março	763	466	12 386
Abril	859	398	10 499
Maiο	997	560	13 296
Junho	1 020	405	9 901
Julho	1 198	590	6 746
Agosto	867	543	9 336
Setembro	281	507	10 618
Outubro	1 192	719	13 134
Novembro	474	679	13 003
Dezembro	124	395	9 778
2004	13 599	9 173	195 817
Janeiro	929	562	12 845
Fevereiro	1 191	594	12 867
Março	1 134	909	15 386
Abril	933	629	12 623
Maiο	1 219	754	11 570
Junho	1 335	813	20 651
Julho	1 182	786	22 089
Agosto	1 139	863	21 411
Setembro	1 313	781	19 439
Outubro	1 352	796	12 197
Novembro	1 085	857	19 007
Dezembro	787	829	15 732
2005	3 197	2 433	62 528
Janeiro	721	661	18 282
Fevereiro	1 158	785	21 290
Março	1 318	987	22 956

FONTE: Anfavea

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2004

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004 ⁽¹⁾	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 6 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2003-2004

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PART. PR/BR	
	2004		2003		Variação (%)	2004		2003		Variação (%)	2004 (%)	2003 (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)		US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	9 396 534	100,00	7 153 235	100,00	31,36	96 475 220	100,00	73 084 140	100,00	32,01	9,74	9,79
União Européia	2 676 718	28,49	2 148 900	30,04	22,21	24 160 225	25,04	18 461 013	25,26	30,87	11,08	11,64
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 857 534	19,77	1 476 765	20,64	25,78	14 563 861	15,10	11 676 286	15,98	24,73	12,75	12,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 288 856	13,72	1 044 913	14,61	20,09	20 341 274	21,08	16 900 223	23,12	20,36	6,34	6,18
Oriente Médio	843 999	8,98	603 960	8,44	41,09	3 687 155	3,82	2 805 864	3,84	31,41	22,89	21,52
Mercosul	830 011	8,83	500 482	7,00	65,84	8 912 111	9,24	5 671 853	7,76	57,13	9,31	8,82
Europa Oriental	369 101	3,93	337 420	4,72	17,34	2 487 768	2,58	2 028 260	2,78	22,66	14,84	16,64
África	330 249	3,51	275 943	3,86	19,68	4 244 927	4,40	2 860 142	3,91	48,42	7,78	9,65
Outros ⁽¹⁾	1 200 065	12,77	764 851	10,69	65,80	18 077 899	18,74	12 680 499	17,35	42,56	6,64	6,03
IMPORTAÇÃO	4 026 148	100,00	3 486 062	100,00	15,49	62 789 913	100,00	48 291 040	100,00	30,02	6,41	7,22
União Européia	1 457 077	36,19	1 266 078	36,32	15,09	15 920 303	25,35	13 021 805	26,97	22,26	9,15	9,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	537 947	13,36	439 786	12,62	22,32	11 510 927	18,33	9 726 104	20,14	18,35	4,67	4,52
Ásia (excl. Oriente Médio)	457 973	11,37	317 890	9,12	44,07	12 278 857	19,56	8 922 678	18,48	37,61	3,73	3,56
Mercosul	442 765	11,00	564 036	16,18	-21,50	6 392 897	10,18	5 684 756	11,77	12,46	6,93	9,92
África	407 563	10,12	369 421	10,60	10,32	6 182 706	9,85	3 277 529	6,79	88,64	6,59	11,27
Europa Oriental	271 064	6,73	181 828	5,22	49,08	1 324 049	2,11	852 596	1,77	55,30	20,47	21,33
Oriente Médio	119 988	2,98	78 568	2,25	52,72	2 303 954	3,67	1 619 163	3,35	42,29	5,21	4,85
Outros ⁽¹⁾	331 771	8,24	268 455	7,70	23,59	6 876 220	10,95	5 186 409	10,74	32,58	4,82	5,18

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2004-2005

continua

GRUPO/SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Complexo soja	428 778 139	21,47	416 218 755	22,80	3,02
Farelo de soja	183 656 757	9,20	213 043 818	11,67	-13,79
Soja em grão	150 277 865	7,52	99 249 083	5,44	51,41
Óleo de soja bruto	63 274 461	3,17	84 303 056	4,62	-24,94
Óleo de soja refinado	31 569 056	1,58	19 607 857	1,07	61,00
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	-	-	14 941	-	-100,00
Material de transporte e componentes	409 922 312	20,52	306 923 241	16,81	33,56
Automóveis	156 538 734	7,84	127 342 289	6,97	22,93
Motores para automóveis	134 483 373	6,73	107 742 611	5,90	24,82
Tratores	38 439 011	1,92	28 054 126	1,54	37,02
Veículos de carga	30 149 555	1,51	12 106 272	0,66	149,04
Autopeças	27 860 844	1,39	23 632 396	1,29	17,89
Ônibus	12 385 453	0,62	2 246 192	0,12	451,40
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	8 793 308	0,44	3 679 032	0,20	139,01
Helicópteros	364 616	0,02	362 139	0,02	0,68
Reboques para transporte de mercadorias	123 755	0,01	410 944	0,02	-69,89
Pneumáticos e câmaras de ar	26 679	-	219 147	0,01	-87,83
Trens e materiais para vias férreas	17 316	-	38 756	-	-55,32
Motores e turbinas para aviação	161	-	-	-	-
Demais materiais elétricos e eletrônicos	739 507	0,04	1 089 337	0,06	-32,11
Madeiras e manufaturas de madeira	279 966 647	14,02	219 469 324	12,02	27,57
Madeira compensada ou contraplacada	128 342 334	6,43	106 524 510	5,83	20,48
Madeira serrada	52 285 018	2,62	39 048 095	2,14	33,90
Obras de marcenaria ou de carpintaria	28 303 364	1,42	20 639 641	1,13	37,13
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	18 370 351	0,92	14 363 889	0,79	27,89
Madeira laminada	5 650 011	0,28	4 159 987	0,23	35,82
Demais madeiras e manufaturas de madeira	47 015 569	2,35	34 733 202	1,90	35,36
Complexo carnes	237 101 163	11,87	199 294 090	10,92	18,97
Carne de frango "in natura"	176 529 213	8,84	143 158 237	7,84	23,31
Carne de suíno "in natura"	25 402 987	1,27	16 622 452	0,91	52,82
Carne de peru "in natura"	15 778 545	0,79	12 311 985	0,67	28,16
Carne de bovino "in natura"	12 756 767	0,64	19 333 627	1,06	-34,02
Carne de frango industrializada	923 920	0,05	1 107 450	0,06	-16,57
Carne bovina industrializada	56 080	-	154 312	0,01	-63,66
Demais carnes	5 653 651	0,28	6 606 027	0,36	-14,42
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	133 376 700	6,68	95 502 743	5,23	39,66
Compressores e bombas	54 679 036	2,74	28 722 659	1,57	90,37
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	20 910 886	1,05	27 254 872	1,49	-23,28
Refrigeradores e congeladores	16 316 139	0,82	13 820 597	0,76	18,06
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	5 945 387	0,30	4 855 705	0,27	22,44
Torneiras e válvulas	5 092 313	0,25	1 895 650	0,10	168,63
Rolamentos e engrenagens	5 078 437	0,25	4 206 431	0,23	20,73
Aparelhos de ar condicionado	2 771 582	0,14	1 765 248	0,10	57,01
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	620 596	0,03	916 711	0,05	-32,30
Aparelhos para filtrar ou depurar	363 967	0,02	720 241	0,04	-49,47
Computadores e acessórios	218 143	0,01	762 499	0,04	-71,39
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	152 870	0,01	53 147	-	187,64
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	43 183	-	4 001	-	979,31
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	-	-	74 683	-	-100,00
Laminadores de metais	-	-	3 061	-	-100,00
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	21 184 161	1,06	10 447 238	0,57	102,77

TABELA 7 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2004-2005

GRUPO/SUBGRUPO	conclusão				
	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Cereais	59 315 125	2,97	218 850 290	11,99	-72,90
Papel e celulose	55 177 694	2,76	53 889 752	2,95	2,39
Papel	54 816 333	2,74	53 887 958	2,95	1,72
Celulose	361 361	0,02	1 794	-	20 042,75
Café	50 347 176	2,52	41 296 512	2,26	21,92
Café solúvel	35 277 106	1,77	27 047 304	1,48	30,43
Café cru em grão	15 070 070	0,75	14 249 208	0,78	5,76
Materiais elétricos e eletrônicos	49 040 594	2,46	39 387 948	2,16	24,51
Aparelhos elétricos para telefonia	29 893 355	1,50	26 710 675	1,46	11,92
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	7 954 791	0,40	5 390 661	0,30	47,57
Aparelhos transmissores e receptores	4 672 406	0,23	1 301 068	0,07	259,12
Geradores e transformadores, elétricos	1 678 032	0,08	2 753 963	0,15	-39,07
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	1 417 789	0,07	1 051 977	0,06	34,77
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	978 013	0,05	603 634	0,03	62,02
Demais materiais elétricos e eletrônicos	2 446 208	0,12	1 575 970	0,09	55,22
Açúcar	46 737 089	2,34	22 873 240	1,25	104,33
Açúcar bruto	45 329 186	2,27	18 046 751	0,99	151,18
Açúcar refinado	1 407 903	0,07	4 826 489	0,26	-70,83
Produtos químicos	43 988 499	2,20	42 158 058	2,31	4,34
Plásticos e suas obras	11 690 207	0,59	8 549 120	0,47	36,74
Produtos químicos orgânicos	6 998 416	0,35	4 489 899	0,25	55,87
Adubos e fertilizantes	6 833 488	0,34	15 523 576	0,85	-55,98
Produtos químicos inorgânicos	4 007 142	0,20	2 589 442	0,14	54,75
Óleos essenciais e resinóides	2 281 710	0,11	1 127 405	0,06	102,39
Produtos farmacêuticos	570 062	0,03	383 762	0,02	48,55
Extratos tanantes e tintoriais	555 978	0,03	458 778	0,03	21,19
Demais produtos químicos	11 051 496	0,55	9 036 076	0,49	22,30
Derivados de petróleo	26 965 844	1,35	25 036 370	1,37	7,71
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	21 564 950	1,08	23 233 420	1,27	-7,18
Óleos e combustíveis	4 439 754	0,22	604 871	0,03	634,00
Óleos lubrificantes	437 857	0,02	341 562	0,02	28,19
Gasolina	-	-	15	-	-100,00
Demais derivados de petróleo	523 283	0,03	856 502	0,05	-38,90
Produtos têxteis	21 219 413	1,06	21 746 441	1,19	-2,42
Fios de seda	5 303 356	0,27	8 294 891	0,45	-36,06
Confecções	2 464 925	0,12	3 802 733	0,21	-35,18
Fios sintéticos ou artificiais	772 362	0,04	257 220	0,01	200,27
Fios de algodão	746 797	0,04	1 915 051	0,10	-61,00
Tecidos de algodão	156 799	0,01	8 066	-	1 843,95
Sisal em fibras, cordas e cabos	345	-	-	-	-
Demais produtos têxteis	11 774 829	0,59	7 468 480	0,41	57,66
Calçados e couro	19 878 154	1,00	17 534 074	0,96	13,37
Couro	16 955 137	0,85	14 519 994	0,80	16,77
Calçados	2 031 685	0,10	2 347 152	0,13	-13,44
Produtos de couro	891 332	0,04	666 928	0,04	33,65
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	19 795 313	0,99	20 095 090	1,10	-1,49
Outros grupos de produtos	115 626 578	5,79	85 471 084	4,68	35,28
TOTAL	1 997 236 440	100,00	1 825 747 012	100,00	9,39

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2004-2005

continua

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	242 222 617	20,40	34 518 433	4,24	601,72
Óleos brutos de petróleo	240 164 778	20,22	12 624 892	1,55	1 802,31
Óleos lubrificantes	171 958	0,01	132 372	0,02	29,91
Gasolina	-	-	2 763 133	0,34	-100,00
Óleos e combustíveis	-	-	17 849 253	2,19	-100,00
Demais derivados de petróleo	1 885 881	0,16	1 148 783	0,14	64,16
Material de transporte e componentes	239 887 714	20,20	150 865 340	18,54	59,01
Autopeças	124 689 042	10,50	90 358 727	11,10	37,99
Motores para automóveis	79 608 782	6,70	39 402 675	4,84	102,04
Automóveis	10 900 682	0,92	6 608 150	0,81	64,96
Pneumáticos e câmaras de ar	9 272 917	0,78	3 788 710	0,47	144,75
Helicópteros	5 430 603	0,46	2 265 985	0,28	139,66
Veículos de carga	2 294 199	0,19	1 909 913	0,23	20,12
Tratores	343 391	0,03	326 000	0,04	5,33
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	169 224	0,01	187 512	0,02	-9,75
Motores e turbinas para aviação	130 343	0,01	144 735	0,02	-9,94
Partes e peças de aviões e helicópteros	64 947	0,01	200 938	0,02	-67,68
Trens e materiais para vias férreas	53 588	-	615 323	0,08	-91,29
Aviões	36 000	-	56 000	0,01	-35,71
Demais materiais elétricos e eletrônicos	6 893 996	0,58	5 000 672	0,61	37,86
Produtos químicos	184 205 162	15,51	221 809 948	27,25	-16,95
Adubos e fertilizantes	71 438 077	6,02	126 846 928	15,59	-43,68
Produtos químicos orgânicos	48 314 064	4,07	46 271 168	5,69	4,42
Plásticos e suas obras	33 708 484	2,84	26 785 894	3,29	25,84
Produtos farmacêuticos	4 713 415	0,40	4 852 951	0,60	-2,88
Extratos tanantes e tintoriais	4 354 685	0,37	3 218 464	0,40	35,30
Produtos químicos inorgânicos	3 415 690	0,29	3 096 675	0,38	10,30
Óleos essenciais e resinóides	917 821	0,08	1 243 070	0,15	-26,16
Produtos para fotografia	192 076	0,02	476 569	0,06	-59,70
Demais produtos químicos	17 150 850	1,44	9 018 229	1,11	90,18
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	164 333 961	13,84	112 601 710	13,84	45,94
Compressores e bombas	39 125 847	3,29	23 729 782	2,92	64,88
Rolamentos e engrenagens	24 933 015	2,10	14 513 676	1,78	71,79
Computadores e acessórios	13 095 707	1,10	3 911 164	0,48	234,83
Torneiras e válvulas	8 423 542	0,71	6 865 875	0,84	22,69
Aparelhos de ar condicionado	8 298 826	0,70	5 771 950	0,71	43,78
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	5 782 151	0,49	5 718 906	0,70	1,11
Aparelhos para filtrar ou depurar	5 166 322	0,44	6 471 857	0,80	-20,17
Refrigeradores e congeladores	5 051 180	0,43	2 305 866	0,28	119,06
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	4 285 356	0,36	1 088 832	0,13	293,57
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	2 415 949	0,20	2 271 489	0,28	6,36
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	902 881	0,08	530 004	0,07	70,35
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	661 715	0,06	131 226	0,02	404,26
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	441 853	0,04	-	-	-
Máquinas de costura	139 947	0,01	147 437	0,02	-5,08
Laminadores de metais	12 864	-	33 247	-	-61,31
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	45 596 806	3,84	39 110 399	4,81	16,58

TABELA 8 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-MARÇO 2004-2005

GRUPO / SUBGRUPO	2005		2004		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Var. (%)
Materiais elétricos e eletrônicos	96 371 374	8,12	82 773 961	10,17	16,43
Aparelhos transmissores e receptores	16 116 621	1,36	20 262 518	2,49	-20,46
Geradores e transformadores, elétricos	10 865 958	0,92	7 019 071	0,86	54,81
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	10 717 564	0,90	9 007 297	1,11	18,99
Aparelhos elétricos para telefonia	8 780 902	0,74	7 728 695	0,95	13,61
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	3 861 711	0,33	2 949 026	0,36	30,95
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	455 486	0,04	1 420 327	0,17	-67,93
Demais materiais elétricos e eletrônicos	45 573 132	3,84	34 387 027	4,23	32,53
Produtos metalúrgicos	34 806 292	2,93	28 350 689	3,48	22,77
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	2 844 891	0,24	2 094 816	0,26	35,81
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	1 645 128	0,14	1 356 595	0,17	21,27
Catodos de cobre	996 180	0,08	-	-	-
Produtos laminados planos de ferro ou aço	752 576	0,06	2 322 322	0,29	-67,59
Ligas de alumínio	207 600	0,02	-	-	-
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	166 509	0,01	-	-	-
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	145 706	0,01	75 703	0,01	92,47
Demais produtos metalúrgicos	28 047 702	2,36	22 501 253	2,76	24,65
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	33 842 421	2,85	25 555 910	3,14	32,43
Papel e celulose	26 386 996	2,22	21 761 998	2,67	21,25
Celulose	13 941 484	1,17	9 460 433	1,16	47,37
Papel	12 445 512	1,05	12 301 565	1,51	1,17
Complexo soja	16 124 831	1,36	15 811 673	1,94	1,98
Soja em grão	15 909 235	1,34	13 871 253	1,70	14,69
Farelo de soja	215 355	0,02	1 940 420	0,24	-88,90
Óleo de soja, exceto refinado ou em bruto	241	-	-	-	-
Cereais	14 499 158	1,22	12 669 896	1,56	14,44
Produtos têxteis	12 938 800	1,09	19 825 490	2,44	-34,74
Confecções	8 378 631	0,71	10 099 709	1,24	-17,04
Fios sintéticos ou artificiais	2 232 823	0,19	2 727 329	0,34	-18,13
Tecidos de algodão	26 695	-	11 787	-	126,48
Sisal em fibras, cordas e cabos	1 308	-	222	-	489,19
Fios de algodão	292	-	-	-	-
Demais produtos têxteis	2 299 051	0,19	6 986 443	0,86	-67,09
Outros grupos de produtos	121 850 115	10,26	87 299 965	10,73	39,58
TOTAL	1 187 469 441	100,00	813 845 013	100,00	45,91

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 9 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2005

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 800	2 366 386	60 361 786	47 236 751	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 062	3 667 173	73 084 140	48 291 040	24 793 100
Janeiro	415 305	231 860	183 445	4 805 211	3 650 242	1 154 969
Fevereiro	405 642	230 993	174 649	5 001 174	3 888 729	1 112 445
Março	530 027	268 307	261 720	5 238 699	3 702 307	1 536 392
Abril	657 474	289 699	367 774	5 710 491	3 988 832	1 721 659
Maio	716 000	269 692	446 307	6 372 184	3 854 472	2 517 712
Junho	630 768	286 868	343 900	5 874 570	3 520 860	2 353 710
Julho	562 814	338 645	224 169	6 104 456	4 049 093	2 055 363
Agosto	830 396	288 783	541 613	6 403 412	3 730 821	2 672 591
Setembro	668 309	320 715	347 594	7 280 148	4 615 865	2 664 283
Outubro	662 857	324 283	338 574	7 565 644	5 030 027	2 535 617
Novembro	519 165	371 923	147 242	5 980 003	4 262 415	1 717 588
Dezembro	554 477	264 293	290 185	6 748 148	3 997 377	2 750 771
2004 ⁽¹⁾	9 396 534	4 026 147	5 370 386	96 475 220	62 789 913	33 685 307
Janeiro	507 086	248 412	258 674	5 799 645	4 214 037	1 585 607
Fevereiro	520 516	258 263	262 253	5 721 636	3 752 181	1 969 455
Março	798 144	307 242	490 902	7 926 995	5 344 400	2 582 594
Abril	584 912	257 448	327 463	6 589 499	4 630 089	1 959 409
Maio	832 956	289 296	543 660	7 941 178	4 823 509	3 117 669
Junho	1 484 571	457 224	1 027 347	9 327 515	5 527 117	3 800 397
Julho	881 370	376 206	505 164	8 992 426	5 525 158	3 467 268
Agosto	933 007	388 300	544 707	9 056 464	5 620 947	3 435 517
Setembro	845 966	359 464	486 502	8 922 690	5 751 246	3 171 444
Outubro	715 477	369 013	346 464	8 843 387	5 838 040	3 005 369
Novembro	642 846	312 102	330 744	8 159 287	6 078 801	2 080 464
Dezembro	649 682	403 177	246 505	9 194 498	5 684 386	3 510 112
2005 ⁽¹⁾	1 997 236	1 187 469	809 767	24 451 131	16 133 442	8 317 689
Janeiro	536 298	397 867	138 432	7 444 140	5 261 730	2 182 410
Fevereiro	601 990	360 744	241 247	7 756 287	4 969 560	2 786 728
Março	858 948	428 859	430 088	9 250 704	5 902 152	3 348 552

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999 - MARÇO 2005

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	2004	10,40
2000	6,23	Janeiro	1,72
2001	5,90	Fevereiro	0,48
2002	12,02	Março	0,48
2003	6,46	Abril	1,44
Janeiro	1,88	Maio	1,09
Fevereiro	0,61	Junho	1,27
Março	1,19	Julho	0,70
Abril	0,87	Agosto	0,87
Maio	0,51	Setembro	0,04
Junho	-0,11	Outubro	0,60
Julho	0,06	Novembro	0,48
Agosto	0,43	Dezembro	0,79
Setembro	0,43	2005	1,20
Outubro	0,26	Janeiro	0,52
Novembro	0,21	Fevereiro	0,02
Dezembro	-0,05	Março	0,66

FONTE: IPARDES

TABELA 11 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2005

PERÍODO	VARIÇÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
Janeiro	2,25	2,17	2,33	2,21	1,51
Fevereiro	1,57	1,59	2,28	1,71	1,39
Março	1,23	1,66	1,53	1,93	1,38
Abril	0,97	0,41	0,92	0,07	0,90
Mai	0,61	-0,67	-0,26	-1,68	2,84
Junho	-0,15	-0,70	-1,00	-1,16	1,05
Julho	0,20	-0,20	-0,42	-0,59	0,99
Agosto	0,34	0,62	0,38	0,7	1,44
Setembro	0,78	1,05	1,18	1,29	0,22
Outubro	0,29	0,44	0,38	0,5	0,65
Novembro	0,34	0,48	0,49	0,46	1,04
Dezembro	0,52	0,60	0,61	0,74	0,16
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
Janeiro	0,76	0,80	0,88	0,75	0,33
Fevereiro	0,61	1,08	0,69	1,42	1,00
Março	0,47	0,93	1,13	1,09	1,16
Abril	0,37	1,15	1,21	1,57	0,59
Mai	0,51	1,46	1,31	1,71	1,83
Junho	0,71	1,29	1,38	1,57	0,70
Julho	0,91	1,14	1,31	1,35	1,12
Agosto	0,69	1,31	1,22	1,59	0,81
Setembro	0,33	0,48	0,69	0,65	0,58
Outubro	0,44	0,53	0,39	0,61	1,19
Novembro	0,69	0,82	0,82	1,00	0,71
Dezembro	0,86	0,52	0,74	0,48	0,51
2005	1,78	1,72	2,40	1,61	1,86
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,86

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - MARÇO 2005

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Maior	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31
Agosto	362 601	2 407 322	0,15	611 374	47 936	12,75	233 287	254 679	0,92	100 064	319 998	0,31
Setembro	364 246	2 410 226	0,15	618 597	48 240	12,82	234 127	255 096	0,92	100 865	319 574	0,32
Outubro	362 314	2 416 767	0,15	612 457	48 629	12,59	238 260	255 901	0,93	102 151	319 772	0,32
Novembro	369 573	2 422 467	0,15	626 599	48 883	12,82	247 215	256 855	0,96	105 899	321 102	0,33
Dezembro	362 584	2 428 812	0,15	608 026	49 062	12,39	249 922	257 408	0,97	106 335	321 491	0,33
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
Janeiro	378 173	2 436 535	0,16	556 424	49 115	11,33	251 488	257 436	0,98	110 405	322 033	0,34
Fevereiro	378 806	2 441 103	0,16	581 142	49 179	11,82	263 675	257 437	1,02	118 227	322 364	0,37
Março	365 117	2 445 571	0,15	589 574	49 345	11,95	261 910	258 194	1,01	119 872	322 878	0,37
Abril	377 794	2 451 304	0,15	603 454	49 759	12,13	269 830	259 650	1,04	117 588	323 690	0,36
Maior	365 111	2 453 748	0,15	578 101	49 964	11,57	241 660	260 281	0,93	112 623	324 302	0,35
Junho	370 141	2 458 544	0,15	593 255	50 157	11,83	233 695	261 150	0,89	102 731	324 615	0,32
Julho	363 418	2 455 485	0,15	600 371	50 216	11,96	233 007	261 561	0,89	100 732	324 974	0,31
Agosto	368 545	2 468 684	0,15	616 482	49 779	12,38	244 185	263 057	0,93	101 817	325 284	0,31
Setembro	382 677	2 477 008	0,15	616 255	49 703	12,40	259 088	264 163	0,98	106 481	325 893	0,33
Outubro	372 551	2 482 875	0,15	592 172	49 928	11,86	250 273	264 990	0,94	110 266	326 189	0,34
Novembro	373 048	2 490 152	0,15	607 097	50 097	12,12	252 911	265 977	0,95	109 395	326 535	0,34
Dezembro	371 345	2 495 584	0,15	595 238	50 032	11,90	262 853	266 491	0,99	109 951	327 097	0,34
2005												
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38

TABELA 12 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - MARÇO 2005

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Mai	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46
Agosto	56 119	4 778	11,75	45 013	3 490	12,90	1 565	581	2,69	1 410 023	3 038 784	0,46
Setembro	56 270	4 881	11,53	44 473	3 533	12,59	1 557	580	2,68	1 420 135	3 042 130	0,47
Outubro	56 307	4 961	11,35	45 979	3 555	12,93	1 627	579	2,81	1 419 095	3 050 164	0,47
Novembro	56 196	5 175	10,86	46 560	3 550	13,12	1 797	581	3,09	1 453 839	3 058 613	0,48
Dezembro	56 299	5 208	10,81	44 667	3 553	12,57	1 746	580	3,01	1 429 579	3 066 114	0,47
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
Janeiro	56 371	5 283	10,67	48 176	3 555	13,55	1 828	579	3,16	1 402 865	3 074 536	0,46
Fevereiro	56 456	5 378	10,50	47 089	3 555	13,25	1 973	580	3,40	1 447 368	3 079 596	0,47
Março	56 250	5 558	10,12	45 960	3 561	12,91	1 846	581	3,18	1 440 529	3 085 688	0,47
Abril	57 532	5 577	10,32	47 351	3 570	13,26	1 968	584	3,37	1 475 517	3 094 134	0,48
Mai	56 916	5 736	9,92	43 980	3 590	12,25	1 797	583	3,08	1 400 188	3 098 204	0,45
Junho	57 113	5 881	9,71	44 149	3 584	12,32	1 750	585	2,99	1 402 834	3 104 516	0,45
Julho	57 327	5 958	9,62	43 942	3 580	12,27	1 764	584	3,02	1 400 561	3 102 358	0,45
Agosto	57 488	6 175	9,31	45 867	3 598	12,75	1 801	583	3,09	1 436 185	3 117 160	0,46
Setembro	56 990	6 349	8,98	47 445	3 611	13,14	1 853	579	3,20	1 512 137	3 127 306	0,48
Outubro	57 609	6 444	8,94	45 148	3 631	12,43	1 717	579	2,97	1 429 736	3 134 636	0,46
Novembro	57 681	6 579	8,77	45 790	3 633	12,60	1 752	573	3,06	1 447 674	3 143 546	0,46
Dezembro	57 843	6 667	8,68	46 313	3 619	12,80	1 825	571	3,20	1 445 368	3 150 061	0,46
2005												
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 13 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2005

PERÍODO	VENDAS (m ³)			
	Óleo Combustível	Gasolina ⁽¹⁾	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 237	1 570 286	3 031 864	842 913
2001	408 320	1 477 508	3 229 577	819 977
2002	378 011	1 433 019	3 347 856	784 624
2003	288 062	1 471 381	3 437 857	760 707
Janeiro	25 267	116 164	234 057	53 169
Fevereiro	24 174	99 755	255 574	57 442
Março	35 540	105 729	304 958	60 181
Abril	30 693	122 433	287 864	58 500
Maió	29 064	132 781	296 632	65 739
Junho	28 385	116 296	265 177	62 991
Julho	31 583	127 436	299 137	70 808
Agosto	19 449	120 369	315 306	68 786
Setembro	17 061	122 516	308 080	69 414
Outubro	18 311	133 325	324 679	67 121
Novembro	14 126	122 114	278 756	61 910
Dezembro	14 410	152 463	267 636	64 646
2004	190 052	1 580 785	3 600 923	790 619
Janeiro	14 941	127 894	252 124	58 860
Fevereiro	12 690	119 384	264 817	57 378
Março	18 185	132 296	346 547	64 512
Abril	15 605	137 753	325 005	65 531
Maió	14 879	120 190	275 453	67 714
Junho	19 322	120 669	294 582	71 403
Julho	18 630	135 502	311 590	74 441
Agosto	14 836	131 435	348 684	70 303
Setembro	15 980	138 819	328 407	64 501
Outubro	14 676	133 062	307 929	65 160
Novembro	15 051	127 756	280 832	63 902
Dezembro	15 260	155 995	264 953	66 892
2005	25 767	241 312	505 008	116 061
Janeiro	13 075	121 113	232 562	58 460
Fevereiro	12 692	120 199	272 446	57 600

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 14 - ÍNDICES DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, NO PARANÁ - 2000-2005

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)																			
	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	97,09	90,40	110,57	106,53	109,65	103,72	111,23	105,08	105,11	104,25	97,72	104,73	...	99,15	78,98
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	100,22	100,47	109,47	113,62	106,67	102,65	111,88	106,72	108,20	118,32	110,30	149,08	...	111,82	98,30
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	100,38	100,49	109,48	113,74	106,62	102,52	111,89	106,74	108,29	118,46	110,25	149,38	...	112,03	97,84
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	86,24	82,37	96,11	97,43	136,38	108,33	111,91	98,17	96,98	97,76	101,85	174,99	...	86,03	78,34
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	118,40	92,30	109,96	106,99	130,89	125,08	131,49	127,68	121,86	132,93	133,64	221,82	...	129,78	115,07
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	101,77	93,22	108,26	106,42	114,07	107,11	105,01	105,19	98,37	102,78	105,29	130,35	...	99,44	102,56
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	120,51	110,92	97,00	78,83	86,54	71,40	76,46	76,42	67,92	68,01	73,00	114,65	...	100,53	122,04
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	112,64	85,83	116,92	104,35	125,58	111,55	92,00	89,05	80,43	75,68	96,22	83,56	...	69,72	155,59
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	100,61	115,32	105,91	111,39	112,41	100,55	101,53	100,42	94,63	110,41	115,30	207,72	...	97,88	104,52
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	100,67	96,43	108,06	109,22	113,14	105,60	112,67	107,11	106,46	113,71	109,35	152,95	...	107,67	95,87

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 15 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2005

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)														
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	jan/04
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	98,5
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	83,0
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	91,3
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	129,7
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	104,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	87,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	90,1
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	108,4
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	105,0
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	86,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	98,9
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	110,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	81,5
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	130,9
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	71,6

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)														
	fev/04	mar/04	abr/04	maio/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	2005	jan/05	fev/05	
Indústria de transformação	103,6	115,4	109,1	106,5	102,9	117,1	133,4	139,7	131,2	127,0	111,4	...	109,3	105,7	
Alimentos	84,2	102,6	114,3	109,0	114,0	124,3	132,7	127,8	118,3	113,5	93,8	...	88,9	81,7	
Bebidas	99,1	104,2	91,7	78,7	71,3	82,5	89,3	113,3	107,8	120,5	136,7	...	100,5	103,5	
Madeira	111,9	142,6	135,6	131,3	129,2	133,1	143,6	145,8	137,6	128,4	115,2	...	124,4	108,4	
Celulose, papel e produtos de papel	96,2	101,1	102,4	111,5	101,6	107,1	103,5	104,3	108,2	106,8	108,7	...	100,8	104,9	
Edição, impressão e reprodução de gravações	171,5	179,9	123,0	128,6	97,7	110,4	196,2	367,3	288,3	282,2	205,4	...	256,5	177,7	
Refino de petróleo e álcool	89,9	94,9	91,9	53,9	16,8	76,6	112,0	120,1	110,9	93,2	102,6	...	90,4	70,5	
Outros produtos químicos	93,1	62,1	70,7	96,4	106,0	88,1	115,7	130,2	124,7	86,5	51,1	...	59,3	71,5	
Borracha e plástico	97,7	105,6	88,7	94,3	86,6	96,7	106,7	109,2	106,9	103,6	96,7	...	80,7	87,7	
Minerais não metálicos	85,3	94,2	87,3	89,4	88,4	97,7	99,3	95,5	89,0	94,3	90,0	...	87,6	90,4	
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	99,3	117,9	99,7	106,6	109,6	112,8	119,4	103,1	104,6	97,1	82,4	...	92,9	93,5	
Máquinas e equipamentos	148,1	161,2	122,8	117,4	117,3	119,6	149,6	150,0	157,3	148,9	153,9	...	129,9	155,6	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	81,6	93,9	92,6	100,9	91,5	111,8	91,8	94,0	85,0	84,6	85,2	...	94,6	103,5	
Veículos automotores	139,3	166,8	155,6	165,0	188,6	212,0	218,0	190,4	182,2	211,9	160,7	...	177,2	190,8	
Mobiliário	73,8	98,5	85,4	93,1	92,1	90,1	96,2	102,4	99,2	113,4	99,2	...	78,2	76,7	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 16 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2005

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001 = 100)									
	2001	2002	2003	2004	Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04
Indústria geral	100,00	100,22	102,65	106,86	102,04	102,11	102,97	105,31	107,63	108,34
Indústrias extrativas	100,00	96,26	91,98	83,99	84,30	85,40	86,21	86,90	87,85	87,59
Indústria de transformação	100,00	100,27	102,78	107,14	102,24	102,30	103,16	105,53	107,87	108,59
Alimentos e bebidas	100,00	108,69	119,34	125,33	120,01	118,61	120,70	123,00	123,88	123,39
Fumo	100,00	94,35	86,70	106,92	68,69	184,90	189,25	235,62	222,87	53,33
Têxtil	100,00	100,60	95,15	93,80	92,42	95,25	98,01	95,44	95,08	94,50
Vestuário	100,00	110,60	120,82	138,58	120,73	118,20	118,69	131,57	140,91	142,76
Calçados e couro	100,00	92,12	83,03	75,78	76,47	74,65	69,70	71,73	72,48	73,22
Madeira	100,00	90,52	87,71	89,81	86,56	88,25	90,99	91,86	90,66	90,62
Papel e gráfica	100,00	102,00	112,58	116,13	116,62	116,82	115,00	115,09	114,35	115,30
Refino de petróleo e combustíveis	100,00	107,12	148,91	153,74	96,31	97,42	105,34	128,15	180,68	185,61
Produtos químicos	100,00	96,83	87,29	86,40	81,39	84,09	84,29	85,45	87,23	90,41
Borracha e plástico	100,00	103,79	92,86	91,25	87,14	88,14	87,42	89,46	90,27	90,27
Minerais não-metálicos	100,00	110,98	108,27	111,57	104,62	107,41	105,28	114,83	113,53	115,86
Metalurgia básica	100,00	84,00	76,32	72,92	74,93	75,17	74,43	71,33	70,51	70,13
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,00	94,47	96,42	95,87	96,41	96,39	96,51	97,72	96,89	96,98
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,00	110,52	124,33	136,63	139,35	135,85	137,77	136,79	136,96	137,72
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,00	101,98	92,26	86,33	87,01	87,66	87,86	85,85	91,24	90,77
Fabricação de meios de transporte	100,00	90,93	96,31	104,83	97,54	98,14	98,33	99,79	102,61	107,07
Fabricação de outros produtos	100,00	81,57	71,71	75,17	75,62	74,50	74,38	72,61	75,82	77,49

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: 2001=100)									
	Jul/04	Ago/04	Set/04	Out/04	Nov/04	Dez/04	2005	Jan/05	Fev/05	
Indústria geral	107,43	108,89	109,27	109,75	110,56	107,97	...	108,16	108,41	
Indústrias extrativas	81,78	82,72	83,24	82,08	80,55	79,30	...	80,74	80,79	
Indústria de transformação	107,75	109,22	109,60	110,10	110,94	108,33	...	108,51	108,76	
Alimentos e bebidas	122,71	126,53	128,88	130,37	133,23	132,65	...	133,50	134,32	
Fumo	52,74	53,62	54,49	54,19	55,36	57,97	...	69,27	133,32	
Têxtil	94,06	93,78	93,75	91,62	91,82	89,90	...	89,37	89,84	
Vestuário	145,06	147,46	147,47	151,78	151,80	146,53	...	149,41	146,82	
Calçados e couro	76,77	80,98	79,83	79,25	77,54	76,77	...	78,67	78,96	
Madeira	91,24	91,69	90,68	88,85	89,54	86,82	...	87,48	88,20	
Papel e gráfica	114,68	115,59	117,47	117,58	117,84	117,16	...	117,56	116,58	
Refino de petróleo e combustíveis	185,11	183,67	184,77	183,86	181,17	132,82	...	114,42	109,45	
Produtos químicos	87,16	85,49	87,08	90,12	88,61	85,50	...	85,45	85,19	
Borracha e plástico	92,36	94,06	94,16	93,74	94,20	93,77	...	90,90	92,44	
Minerais não-metálicos	112,96	114,61	111,05	110,43	111,81	116,47	...	119,23	120,58	
Metalurgia básica	71,82	72,10	75,55	72,87	73,07	73,17	...	78,18	76,53	
Produtos de metal ⁽¹⁾	90,45	95,80	94,79	94,59	98,46	95,46	...	96,12	96,25	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	134,21	134,20	135,47	138,32	139,31	133,60	...	137,83	139,87	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	83,67	82,95	84,38	85,03	85,04	84,50	...	86,41	89,34	
Fabricação de meios de transporte	106,96	107,22	107,90	110,09	110,82	111,51	...	112,93	114,70	
Fabricação de outros produtos	76,74	76,88	75,91	75,34	74,74	72,04	...	67,56	66,25	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 17 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2005

ANO	SETORES (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	Total
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
Janeiro	2 414	647	366	1 682	-177	-	4 932
Fevereiro	3 558	-117	1 552	5 534	243	-	10 770
Março	3 210	-706	956	1 042	1 117	5	5 624
Abril	6 850	-874	2 837	1 546	6 915	3	17 277
Mai	3 418	995	2 141	1 455	8 202	5	16 216
Junho	912	-566	1 901	1 186	1 796	-	5 229
Julho	752	-549	1 593	1 232	443	-	3 471
Agosto	2 157	-608	2 380	5 311	-542	-	8 698
Setembro	4 106	336	2 737	2 875	59	-	10 113
Outubro	1 416	-36	2 683	2 810	135	-	7 008
Novembro	-1 024	-78	5 742	1 965	-2 393	-	4 212
Dezembro	-9 703	-2 347	-114	-9 293	-9 723	-	-31 180
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
Janeiro	1 699	828	768	2 489	374	-	6 158
Fevereiro	4 276	-100	3 492	4 389	-302	-	11 755
Março	8 436	-16	3 395	3 389	1 806	-	17 010
Abril	11 360	-310	2 274	3 855	5 271	-	22 450
Mai	9 842	1 745	3 318	4 859	5 337	-	25 101
Junho	4 556	-173	2 769	3 048	1 866	-	12 066
Julho	4 240	-337	3 145	3 949	774	-	11 771
Agosto	6 616	1 438	4 969	5 167	762	-	18 952
Setembro	6 281	421	2 731	3 032	481	-	12 946
Outubro	4 274	369	3 539	2 029	-32	2	10 181
Novembro	-939	-675	5 617	1 859	-286	-1	5 575
Dezembro	-11 549	-1 173	-968	-7 914	-9 113	-	-31 317
2005	8 428	1 148	4 576	13 412	311	1	27 876
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	0	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	0	15 529

FONTE: CAGED - MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 18 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -
DEZ 2002 – MAR 2005

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,4
2003	
Janeiro	7,8
Fevereiro	9,0
Março	10,0
Abril	9,6
Maiο	10,2
Junho	10,2
Julho	10,3
Agosto	8,4
Setembro	8,4
Outubro	8,5
Novembro	8,0
Dezembro	6,5
2004	
Janeiro	7,1
Fevereiro	7,5
Março	8,9
Abril	8,2
Maiο	8,4
Junho	8,7
Julho	8,9
Agosto	8,2
Setembro	7,9
Outubro	8,4
Novembro	8,0
Dezembro	7,2
2005	
Janeiro	7,7
Fevereiro	8,7
Março	8,5

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 19 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2004

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽¹⁾	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003 ⁽²⁾	96 663	3,80	1 556 182	0,54
2004 ⁽²⁾	...	2,4	1 769 202	5,18

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa.